



MINI SIMULADO

***DISCIPLINAS GERAIS
E JURISPRUDÊNCIA***

SIMULADO

1 - O texto constitucional em análise foi formalmente promulgado, mas, em sua essência, representou uma carta outorgada. Com forte centralização do poder na figura do Chefe do Executivo, essa Constituição reduziu direitos e garantias individuais, permitindo a suspensão de direitos políticos para aqueles que, supostamente, abusassem dos próprios direitos fundamentais. Além disso, previa mecanismos de repressão política e limitação da autonomia dos entes federativos, reforçando o controle do governo central sobre estados e municípios. A ruptura institucional se agravou com a edição de atos infraconstitucionais que, na prática, suprimiram o equilíbrio entre os poderes, consolidando um regime de exceção. Um desses atos conferiu ao Presidente da República a prerrogativa de decretar o recesso do Congresso Nacional, caracterizando uma concentração extrema de poder e rompendo com qualquer resquício de democracia representativa.

Diante das características apresentadas, assinale a alternativa que corretamente identifica qual Constituição corresponde ao texto acima:

- (A) Constituição de 1934
- (B) Constituição de 1937
- (C) Constituição de 1946
- (D) Constituição de 1967
- (E) Constituição de 1988

2 - Em um Estado democrático de direito, a Constituição é um instrumento normativo que se adapta às transformações sociais, políticas e econômicas. Embora sua estrutura formal permaneça inalterada, seu sentido e alcance podem ser modificados ao longo do tempo, refletindo a evolução da sociedade e das interpretações jurídicas.

Esse fenômeno ocorre sem a necessidade de alteração do texto constitucional, sendo fruto da atuação dos tribunais, da evolução da jurisprudência e da própria dinâmica social, que conferem novos significados a normas já existentes.

Diante do exposto, assinale a alternativa que corretamente identifica o fenômeno constitucional descrito:

- (A) Poder Constituinte Originário
- (B) Poder Constituinte Derivado
- (C) Mutação Constitucional
- (D) Reforma Constitucional
- (E) Poder Constituinte Decorrente

3 - Em razão de uma grande enchente que assolou determinada região do país, o que caracterizou grave ameaça à paz social no território atingido, o Presidente da República reuniu seus assessores diretos com o objetivo de verificar a medida passível de ser adotada para restabelecer a normalidade e em cuja vigência fosse admitida a restrição aos direitos individuais referidos na ordem constitucional.

Considerando os balizamentos constitucionais, é correto afirmar que pode ser decretado

Alternativas

- (A) o estado de sítio.
- (B) o estado de defesa.
- (C) a intervenção federal.
- (D) o estado de emergência.
- (E) o estado de calamidade pública.

4 - Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da legalidade, previsto no artigo 5º, inciso II, estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, sendo essa norma aplicável apenas às relações entre particulares.
- (B) A inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas pode ser relativizada apenas por decisão administrativa fundamentada, quando necessária para a segurança pública.
- (C) O direito de reunião, embora garantido constitucionalmente, pode ser limitado pelo poder público, independentemente de aviso prévio ou justificativa, sempre que houver risco à ordem pública.
- (D) O mandado de segurança é uma ação constitucional cabível para proteger direito líquido e certo ameaçado por ato ilegal de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- (E) A Constituição prevê expressamente a pena de caráter perpétuo para crimes hediondos, sendo essa uma exceção à regra da vedação desse tipo de sanção penal.

5 - João, deputado estadual do Estado Alfa, propõe um projeto de lei que obriga os cartórios do estado a incluírem nas escrituras públicas a identificação dos corretores de imóveis que participaram da intermediação do negócio, sob pena de multa. O projeto é aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador. A lei entra em vigor e passa a ser aplicada pelos cartórios locais. Contudo, a Associação dos Notários e Registradores do Estado Alfa ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, alegando que a norma estadual usurpa competência legislativa da União.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei estadual é válida, pois o Estado pode legislar sobre registros públicos de forma concorrente com a União, conforme previsto no artigo 24 da Constituição Federal.
- (B) A lei estadual é inválida, pois a Constituição Federal atribui privativamente à União a competência para legislar sobre registros públicos e fiscalização do exercício profissional, nos termos do artigo 22, incisos XVI e XXV.
- (C) A lei estadual é válida, pois os Estados podem criar regras sobre a validade e eficácia de atos notariais e de registro, desde que não contrariem normas da União.
- (D) A lei estadual é inválida apenas se houver conflito direto com uma lei federal que regule especificamente a qualificação dos corretores de imóveis nos registros públicos.
- (E) A lei estadual é válida, pois não trata do conteúdo dos registros públicos em si, mas apenas cria uma obrigação acessória para os cartórios do Estado Alfa, sem interferir na competência da União.

6 - O Ministério da Fazenda, ao regularizar um imóvel de propriedade da União, solicitou ao Cartório de Registro de Imóveis Alfa a expedição de uma certidão referente à matrícula do bem. O oficial do cartório exigiu o pagamento dos emolumentos correspondentes para fornecer o documento. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) contestou a cobrança, alegando que a União é isenta do pagamento de custas e emolumentos em serviços notariais e de registro, conforme previsto na legislação vigente.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O oficial do cartório agiu corretamente, pois os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado e a isenção de emolumentos só pode ser concedida mediante lei estadual específica.
- (B) A União não possui isenção de emolumentos, pois a atividade cartorária, embora de natureza pública, é remunerada exclusivamente pelos particulares que dela se utilizam.
- (C) A União é isenta do pagamento de custas e emolumentos em serviços notariais e de registro, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei 1.537/1977, recepcionado pela Constituição Federal, nos termos da decisão do STF na ADPF 194.
- (D) A isenção da União quanto ao pagamento de emolumentos cartorários depende de previsão expressa em convênio entre os entes federativos e os cartórios, não sendo uma norma autoaplicável.
- (E) O cartório tem autonomia para decidir sobre a cobrança de emolumentos, não sendo obrigado a conceder isenção à União sem determinação judicial específica.

7 - Durante audiência pública promovida por uma comissão especial da Assembleia Constituinte, o jurista Prof. Dário M. Barbosa foi convidado a analisar a efetividade e legitimidade das normas constitucionais em vigência no Estado de Artonia. Em sua exposição, relatou três cenários observados ao longo da história política daquele Estado:

- Em um primeiro período, observou que a Constituição em vigor era amplamente respeitada por todos os Poderes, inclusive com decisões judiciais que invalidavam atos do Executivo contrários às normas constitucionais, evidenciando sua força normativa.
- Posteriormente, em regime de exceção, verificou-se a manutenção de uma “Constituição” apenas formal, que coexistia com práticas políticas arbitrárias, sem observância dos limites legais, utilizada para justificar atos de concentração de poder.
- Já em fase mais recente, a nova Constituição, embora solenemente promulgada, tem convivido com práticas informais do jogo político, sendo constantemente flexibilizada conforme conveniências do governo e das majorias parlamentares, sem verdadeira eficácia normativa.

Com base na classificação ontológica das constituições proposta por Karl Loewenstein, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição vigente no regime de exceção, utilizada para legitimar a dominação arbitrária do poder, classifica-se como nominal, pois não possui eficácia normativa, embora continue formalmente em vigor.
- (B) A Constituição da fase recente, que se adapta às vontades políticas do governo, classifica-se como semântica, pois se impõe ao processo político, refletindo fielmente os interesses do povo.

- (C) A Constituição observada no primeiro período histórico classifica-se como normativa, pois orientava efetivamente o comportamento dos Poderes, sendo respeitada pelas instâncias decisórias estatais.
- (D) A Constituição da fase recente, embora solenemente promulgada, mas constantemente flexibilizada ao jogo político, classifica-se como normativa, pois permanece formalmente válida.
- (E) A Constituição do regime de exceção, embora afastada da prática democrática, deve ser classificada como normativa, pois decorreu de um ato institucional com força jurídica equivalente.

8 - O Estado do Paraná instituiu, por meio da Lei nº 13.228/2001, o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNARPEN), destinado a compensar os atos gratuitos praticados pelos registradores civis. Para tal, criou o "Selo de Autenticidade", cuja arrecadação comporia as receitas do fundo.

Entretanto, o artigo 7º da referida lei delegava a ato infralegal a fixação do valor da taxa correspondente ao selo.

Diante disso, o Procurador-Geral da República ajuizou a ADI 5288, alegando, entre outros pontos, a inconstitucionalidade da referida delegação.

Considerando o julgamento da ADI 5288 pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O STF declarou a inconstitucionalidade de toda a Lei nº 13.228/2001, por usurpação da competência privativa da União para legislar sobre registros públicos.
- (B) O STF reconheceu a constitucionalidade integral da lei, entendendo que a delegação ao ato infralegal para fixação da taxa não violava o princípio da legalidade tributária.
- (C) O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º da Lei nº 13.228/2001, por violação ao princípio da legalidade tributária, ao delegar a fixação do valor da taxa a ato infralegal.
- (D) O STF entendeu que a criação do FUNARPEN e do Selo de Autenticidade configurava a instituição de imposto estadual, violando a competência tributária da União.
- (E) O STF modulou os efeitos da decisão para que a inconstitucionalidade do artigo 7º produzisse efeitos retroativos à data da publicação da lei.

9 - Durante os procedimentos preparatórios para a habilitação de casamento em um Registro Civil das Pessoas Naturais, o oficial se depara com a seguinte situação: Lúcia nasceu na França, filha de mãe brasileira e pai francês. Foi registrada no consulado brasileiro em Paris logo após o nascimento, mas nunca residiu no Brasil. Já adulta, passou a residir em São Paulo, onde pretende casar-se com um cidadão brasileiro nato. Durante a conferência da documentação, o registrador nota que Lúcia não possui registro de opção formal pela nacionalidade brasileira, tampouco há registro anterior no território nacional.

Diante desse cenário e com fundamento na disciplina constitucional da nacionalidade brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Lúcia é considerada brasileira nata, pois o registro em repartição brasileira competente no exterior já lhe confere, automaticamente, a condição de nacional brasileira originária.
- (B) Lúcia é considerada estrangeira, e apenas mediante naturalização poderá adquirir a nacionalidade brasileira, mesmo sendo filha de mãe brasileira.

- (C) Lúcia será considerada brasileira nata apenas se, após atingir a maioridade, optar formalmente pela nacionalidade brasileira e estabelecer residência no território nacional.
- (D) A ausência de registro anterior no Brasil impede o reconhecimento de qualquer vínculo jurídico de nacionalidade com o país, sendo irrelevante o registro em repartição consular.
- (E) Por se tratar de filha de mãe brasileira, o vínculo sanguíneo (*jus sanguinis*) torna desnecessário qualquer ato posterior, sendo dispensável o requisito da residência em território nacional.

ADMINISTRATIVO

10 - O Município Alfa desapropriou um imóvel de valor histórico-cultural, pertencente a Antônio, para fins de preservação patrimonial e revitalização urbana. Antes da desapropriação, o imóvel apresentava passivo ambiental significativo, decorrente de ações e omissões do ex-proprietário. No processo expropriatório, o valor da indenização foi reduzido para considerar os custos da recuperação ambiental.

Posteriormente, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para obrigar Antônio a arcar com os custos da reparação ambiental e a indenizar por dano moral coletivo, sob o argumento de que o dever de proteção ambiental é *propter rem* e, portanto, recai sobre todos os proprietários do bem.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) Antônio não pode ser condenado a reparar o dano ambiental, pois o passivo já foi descontado do valor da indenização, mas pode ser responsabilizado pelo dano moral coletivo.
- (B) Antônio deve responder integralmente pela reparação ambiental e pelo dano moral coletivo, pois a obrigação *propter rem* recai sobre todos os antigos proprietários do bem.
- (C) O Município, ao desapropriar o imóvel, assume automaticamente todas as obrigações ambientais e de indenização por dano moral coletivo, não podendo Antônio ser responsabilizado.
- (D) A desapropriação extingue qualquer responsabilidade anterior de Antônio sobre o bem, isentando-o de qualquer condenação ambiental ou indenizatória.
- (E) Antônio pode ser condenado ao pagamento da reparação ambiental, pois o passivo ambiental tem caráter autônomo e não se sub-roga no preço da desapropriação.

11 - Carlos Alberto é servidor público ocupante de cargo efetivo no Estado de Minas Gerais, aprovado por concurso público em 2015. Em 2019, foi promovido para cargo em comissão de direção e assessoramento superior, mediante ato devidamente publicado e formalizado pela Secretaria de Administração do Estado.

No ano de 2024, após auditoria interna promovida pela Controladoria-Geral do Estado, constatou-se que Carlos não preenchia um dos requisitos objetivos estabelecidos em decreto estadual para a investidura no referido cargo comissionado: ele não possuía a experiência mínima de três anos em funções gerenciais na administração pública ou privada.

Instaurado o devido processo administrativo, verificou-se que houve falha na análise da documentação à época da nomeação, mas que Carlos não agiu com dolo ou má-fé, tendo atuado

regularmente na função por quase cinco anos, período no qual, inclusive, recebeu diversas avaliações positivas de desempenho.

Diante desse cenário, com base nos princípios da Administração Pública, na Lei nº 9.784/1999 e na jurisprudência dominante do STF sobre autotutela, assinale a alternativa correta:

- (A) O caso é de revogação do ato de nomeação, dado que a permanência de Carlos no cargo comissionado por tempo considerável, aliada à sua boa conduta, atrai o princípio da confiança legítima e impede a desconstituição retroativa do ato.
- (B) O ato administrativo de nomeação é passível de anulação pela Administração, ainda que decorrido prazo superior a cinco anos, por ausência de má-fé do servidor, sendo tal anulação retroativa e com efeitos ex tunc.
- (C) O ato é passível de anulação, em regra, apenas até cinco anos contados da nomeação, salvo se comprovada má-fé. Como Carlos agiu de boa-fé e o vício é de legalidade, a anulação somente poderá produzir efeitos prospectivos (ex nunc), para preservar a segurança jurídica.
- (D) Não é possível a anulação do ato, pois a ausência de dolo ou fraude impede a revisão da nomeação, mesmo havendo vício de legalidade, conforme consolidado na jurisprudência do STF e na Lei nº 9.784/1999.
- (E) O ato é plenamente válido, pois eventuais exigências previstas em decreto estadual não têm força normativa para condicionar o exercício de cargo comissionado, cuja nomeação é discricionária e prescinde de requisitos objetivos.

12 - Diante da nomeação de candidatos em concurso público para serventias extrajudiciais, um delegatário, ainda em fase de transição funcional, considera que seu direito líquido e certo foi violado por ato da Corregedoria-Geral da Justiça que, sem prévia oitiva, indeferiu sua manifestação contra a escolha de serventia considerada incompatível com a sua condição funcional. Entende-se prejudicado e decide impetrar mandado de segurança individual.

Com base na Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- (A) A impetração do mandado de segurança somente é admitida quando esgotadas todas as instâncias administrativas disponíveis, inclusive eventuais recursos internos à Corregedoria, sob pena de indeferimento liminar.
- (B) O mandado de segurança é incabível contra ato de autoridade que não possua competência para decisão final sobre o tema, sendo necessário que a impetração se dirija exclusivamente ao Presidente do Tribunal.
- (C) O mandado de segurança será cabível mesmo que exista, no ordenamento jurídico, recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que o impetrante demonstre que a interposição desse recurso seria inócua diante da relevância do direito alegado e da urgência na prestação jurisdicional.
- (D) A impetração do mandado de segurança prescinde de demonstração documental, bastando a alegação de ameaça concreta ao direito subjetivo, dada a informalidade inerente ao rito.
- (E) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, mas é cabível contra ato judicial de primeiro grau, ainda que caiba recurso, se este não for dotado de efeito suspensivo automático.

TRIBUTÁRIO

13 - A empresa Alfa Indústria Ltda. ingressou com ação judicial para reconhecer seu direito à compensação de valores indevidamente pagos a título de PIS. Após o trânsito em julgado da decisão favorável, a empresa apresentou pedido de habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal. Entretanto, somente dois anos depois obteve o deferimento do pedido e, em seguida, protocolou sua Declaração de Compensação (PER/DCOMP).

A Receita Federal negou a compensação sob o argumento de que o pedido foi apresentado fora do prazo de 5 anos previsto no art. 168 do Código Tributário Nacional (CTN), computado desde a data do trânsito em julgado da decisão judicial.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) A compensação deve ser negada, pois o prazo prescricional de 5 anos corre normalmente mesmo durante o período de análise do pedido de habilitação do crédito.
- (B) O pedido de habilitação administrativa do crédito suspende o prazo prescricional, de modo que o prazo de 5 anos deve ser ajustado, considerando-se a interrupção durante o período de análise pela Receita Federal.
- (C) A habilitação administrativa do crédito é desnecessária para fins de compensação, pois o trânsito em julgado da decisão judicial já assegura automaticamente o direito de compensar os valores.
- (D) A empresa Alfa perdeu o direito à compensação, pois deveria ter apresentado sua Declaração de Compensação simultaneamente ao pedido de habilitação do crédito.
- (E) O prazo prescricional para compensação de tributos federais é de 10 anos, conforme entendimento consolidado pelo STJ no julgamento do Tema 905.

14 - Carlos adquiriu uma propriedade rural no interior do Estado Alfa e, durante anos, recolheu regularmente o Imposto Territorial Rural (ITR). No entanto, após um processo judicial, foi constatado que a matrícula do imóvel era fraudulenta e, conseqüentemente, o registro da propriedade foi cancelado por decisão judicial transitada em julgado.

Diante dessa decisão, a Receita Federal cobrou de Carlos os valores de ITR referentes aos anos anteriores ao cancelamento do registro, alegando que ele figurava como proprietário e usufruía da terra no período.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) Carlos deve pagar o ITR relativo ao período anterior ao cancelamento da matrícula, pois a propriedade foi exercida de fato, sendo irrelevante a posterior invalidação do registro.
- (B) A cobrança do ITR é indevida, pois a decisão judicial transitada em julgado reconheceu a inexistência da propriedade, impedindo a tributação sobre um fato jurídico inexistente.
- (C) O ITR continua sendo devido mesmo após o cancelamento da matrícula, pois o fato gerador do imposto ocorre independentemente da validade jurídica do registro do imóvel.
- (D) A exigência do ITR deve ser mantida até que a decisão judicial seja comunicada formalmente à Receita Federal, independentemente do trânsito em julgado.

(E) A tributação do ITR independe da validade do registro imobiliário, pois a posse do imóvel por Carlos já seria suficiente para a incidência do imposto.

15 - A empresa Alfa Construções Ltda. possui um débito tributário expressivo, regularmente inscrito como dívida ativa. Para evitar execuções fiscais, seus sócios alienaram diversos imóveis de propriedade da empresa a terceiros, sem reservar bens suficientes para o pagamento da dívida. Diante dessa situação e das garantias do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta:

- (A) A alienação de bens da empresa não pode ser considerada fraudulenta, pois a legislação tributária não impõe restrições à venda de patrimônio por empresas endividadas.
- (B) A Fazenda Pública poderá pleitear a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, independentemente de comprovação de fraude ou desvio de finalidade.
- (C) A alienação dos imóveis será presumida fraudulenta, pois a empresa possuía débito tributário regularmente inscrito e não reservou bens suficientes para quitar sua dívida.
- (D) A indisponibilidade de bens do devedor só pode ser decretada após esgotadas todas as tentativas de execução fiscal e após comprovação judicial de fraude.
- (E) A alienação dos imóveis pela empresa torna impossível a cobrança da dívida tributária, pois o crédito tributário não possui qualquer privilégio sobre bens alienados a terceiros.

16 - Durante o trâmite de uma execução fiscal promovida pelo Município de Arujá/SP em face de José, proprietário formal de imóvel urbano, este alegou ilegitimidade passiva sob o argumento de que o bem já havia sido prometido à venda em contrato irretratável e irrevogável, inclusive com posse transferida à compradora, Sra. Daniela. A compradora, por sua vez, havia requerido parcelamento do débito de IPTU, em nome próprio, junto à administração tributária.

Diante da situação fática descrita, à luz da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A responsabilidade tributária pelo pagamento do IPTU recai solidariamente tanto sobre o proprietário formal do imóvel, quanto sobre o possuidor a qualquer título, conforme entendimento pacificado do STJ.
- (B) A existência de contrato de promessa de compra e venda registrado, mesmo com cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade, não afasta, por si só, a responsabilidade do promitente vendedor pelo pagamento do IPTU.
- (C) O parcelamento da dívida tributária requerido exclusivamente pela promitente compradora, sem manifestação expressa da Fazenda Pública, implica renúncia tácita à solidariedade do promitente vendedor.
- (D) A solidariedade tributária, nos termos do Código Civil, decorre expressamente da lei ou da vontade das partes, não se presumindo, tampouco podendo ser afastada sem declaração expressa do credor tributário.
- (E) Ainda que a obrigação contratual de averbação da escritura definitiva recaia sobre o comprador, a ausência do registro no cartório de imóveis não exime o promitente vendedor de sua responsabilidade tributária perante o Fisco.

PROCESSO CIVIL

17 - Durante o cumprimento de sentença promovido por instituição financeira em face de Carlos, residente no interior do Paraná, o juízo de primeira instância determinou a penhora de um imóvel rural com área de 3,2 módulos fiscais. Carlos apresentou impugnação à penhora, alegando que o imóvel se enquadraria na hipótese de impenhorabilidade da pequena propriedade rural explorada pela família, nos termos do art. 833, VIII, do CPC. Contudo, deixou de apresentar qualquer documentação ou prova testemunhal que demonstrasse a exploração econômica direta, pessoal e familiar do imóvel.

Com base no entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no Tema 1234, assinale a alternativa correta:

- (A) Ainda que não comprove a exploração familiar, o executado faz jus à impenhorabilidade da pequena propriedade rural, bastando que o imóvel esteja abaixo do limite de quatro módulos fiscais.
- (B) A pequena propriedade rural é absolutamente impenhorável, independentemente de sua destinação econômica ou de prova da forma de exploração.
- (C) Cabe ao exequente o ônus de comprovar que o imóvel penhorado não é explorado pela família, tendo em vista o princípio da proteção do mínimo existencial.
- (D) A impenhorabilidade da pequena propriedade rural é presumida, e sua descaracterização exige prova robusta produzida exclusivamente pelo juízo da execução.
- (E) É ônus do executado comprovar que a pequena propriedade rural é explorada por sua família para que possa ser reconhecida a impenhorabilidade, nos termos do art. 833, VIII, do CPC e da jurisprudência do STJ.

18 - No curso de uma ação de inventário, a parte autora, beneficiária da gratuidade da justiça regularmente concedida pelo juízo competente, solicita a lavratura de escritura de inventário extrajudicial, bem como o registro da partilha no cartório de Registro de Imóveis. Ao apresentar a documentação ao registrador, este reconhece a presença do termo de concessão de gratuidade judicial, mas manifesta dúvida quanto à persistência da condição de hipossuficiência econômica da parte, especialmente diante do elevado valor dos bens transmitidos.

Nessa situação, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O registrador poderá recusar o registro dos atos requeridos enquanto o juízo competente não declarar, em nova decisão, a manutenção da gratuidade da justiça.
- (B) O registrador deverá encaminhar a questão à Corregedoria local, sem praticar o ato, pois não possui legitimidade para suscitar dúvida perante o juízo.
- (C) Ainda que permaneçam dúvidas quanto à atual situação econômica do beneficiário, o registrador deve praticar o ato e, posteriormente, poderá requerer ao juízo competente a revogação do benefício ou sua substituição por parcelamento.
- (D) A concessão da gratuidade da justiça abrange os emolumentos cartorários apenas se a parte comprovar que não possui qualquer bem em seu nome no momento da prática do ato.
- (E) A gratuidade da justiça nunca abrange os emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro, por serem receitas de natureza privada, vinculadas à remuneração do delegatário.

CIVIL

19 - Em 2021, Gertrudes adquiriu, de boa-fé, um imóvel rural mediante contrato de compra e venda. Posteriormente, em 2023, descobriu que o vendedor não detinha a titularidade do domínio. Durante o período em que acreditava ser proprietária legítima, Gertrudes realizou no imóvel diversas benfeitorias, classificadas como necessárias, úteis e voluptuárias, tais como: instalação de cercas de proteção, construção de uma casa de alvenaria e de um lago ornamental. Em 2024, o verdadeiro proprietário ajuizou ação reivindicatória, obtendo sentença favorável que determinou a restituição do imóvel. Ao ser intimada a desocupar o bem, Gertrudes requereu indenização pelas benfeitorias realizadas e o direito de retenção até o recebimento do valor correspondente.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) o possuidor de boa-fé é obrigado a compensar o legítimo proprietário pelos frutos obtidos durante o período de posse, no entanto, as despesas de manutenção e investimento devem ser deduzidas.
- (B) durante a posse de boa-fé, o possuidor é responsável pela perda ou danos à coisa, mesmo que sejam acidentais ou imprevistos, a menos que possa demonstrar que as mesmas circunstâncias teriam ocorrido se o objeto estivesse na posse do reclamante.
- (C) o possuidor de boa-fé faz jus à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas; em relação às benfeitorias voluptuárias, caso não sejam indenizadas, podem ser levantadas, desde que não haja detrimento da coisa.
- (D) o possuidor de boa-fé é responsável por todos os frutos colhidos e percebidos, assim como por aqueles que, por sua culpa, deixou de perceber. No entanto, assiste-lhe o direito ao ressarcimento das despesas de custeio e produção.
- (E) os frutos pendentes no momento em que cessar a boa-fé pertencem ao possuidor, cabendo ao legítimo proprietário indenizá-los pelo valor de mercado, acrescido das despesas de produção e custeio.

20 - Joaquim, com 82 anos de idade, residia sozinho em uma fazenda no interior do estado, afastado da família e sem contato frequente com parentes. Em 2016, ele saiu de casa e nunca mais foi visto, sem deixar qualquer informação sobre seu paradeiro. Desde então, seus filhos, Lucas e Mariana, tentaram localizá-lo, sem sucesso. Em 2023, após esgotarem todas as buscas e passados mais de sete anos do desaparecimento, os herdeiros procuraram um advogado para regularizar a sucessão dos bens deixados pelo pai.

Diante dessa situação e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que:

- (A) Lucas e Mariana devem ingressar obrigatoriamente com a sucessão provisória, pois a sucessão definitiva sempre depende de sua conversão, conforme regra do Código Civil.
- (B) Como já transcorreram mais de sete anos do desaparecimento, é possível ingressar diretamente com a sucessão definitiva, mas apenas se houver prévia declaração judicial de morte presumida de Joaquim.

- (C) A sucessão definitiva pode ser requerida diretamente, pois Joaquim, ao tempo do desaparecimento, já possuía mais de 80 anos, e sua ausência por mais de cinco anos configura presunção legal de morte, tornando desnecessária a sucessão provisória.
- (D) Ainda que Joaquim tivesse 90 anos ao tempo do desaparecimento, seus herdeiros deveriam primeiro requerer a sucessão provisória e aguardar o prazo de dez anos antes de ingressar com a sucessão definitiva.
- (E) O ordenamento jurídico não presume a morte de ausentes, independentemente da idade, de modo que os herdeiros devem aguardar dez anos para requerer a conversão da sucessão provisória em definitiva, salvo decisão judicial antecipada.

21 - Natália Santiago, moradora e proprietária de uma das unidades autônomas que compõem o Condomínio *Serra Encantada*, é ré em uma ação monitória promovida por instituição de ensino superior.

No curso do processo, foi expedida carta citatória, cujo aviso de recebimento foi recebido por funcionário do Condomínio, conforme prova documental, que por descuido não a entregou à Natália, que se tornou revel no feito judicial. Incrédula com o ocorrido, ela procurou um advogado com o propósito de saber sobre a possibilidade de ser ressarcida pelos danos sofridos.

A respeito do tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Condomínio responde objetivamente pelos eventuais danos praticados pelo seu funcionário e sofridos por Natália.
- (B) A responsabilidade civil do Condomínio por eventuais danos sofridos pelo condômino depende de previsão expressa na convenção.
- (C) Eventuais prejuízos sofridos pelo condômino necessitam da comprovação dolo ou culpa do Condomínio.
- (D) Em razão do condômino ser parte integrante da comunidade condominial, qualquer dano sofrido por ele gera a irresponsabilidade do Condomínio.
- (E) O Condomínio, por não ter personalidade jurídica, não se equipara ao empregador para fins de responsabilidade civil por ato dos empregados.

22 - Marcos adquiriu, na planta, uma sala comercial em um edifício empresarial, assinando contrato com a construtora Alfa Ltda. No ato da entrega, constatou que a metragem real do imóvel era ligeiramente inferior à indicada no contrato. Indignado, Marcos ingressou com ação requerendo a resolução do contrato e a devolução integral dos valores pagos, alegando descumprimento contratual.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Marcos tem direito à resolução do contrato, pois a diferença de metragem caracteriza venda "ad mensuram", na qual a exatidão da área vendida é essencial para a validade do negócio.
- (B) A relação entre Marcos e a construtora não se submete ao Código de Defesa do Consumidor, pois a sala comercial foi adquirida para fins de investimento, não havendo vulnerabilidade do comprador.

- (C) A pequena diferença na metragem do imóvel não justifica a rescisão do contrato, desde que não comprometa a utilização do bem para o fim esperado, aplicando-se a regra da venda "ad corpus".
- (D) O contrato deve ser resolvido, pois qualquer diferença entre a área real e a área contratada gera direito automático à rescisão, conforme previsto no Código Civil.
- (E) O comprador tem direito à rescisão do contrato e ao abatimento proporcional do preço, independentemente da diferença de metragem, pois o CDC garante proteção irrestrita ao consumidor.

23 - Carlos, usufrutuário de um imóvel rural, celebrou contrato de arrendamento agrícola com João, estabelecendo a exploração da terra pelo prazo de 10 anos. Durante a vigência do contrato, Carlos faleceu, e seus herdeiros passaram a administrar o arrendamento. O nu-proprietário, Roberto, alegou que, com a morte de Carlos, o usufruto se extinguiu automaticamente, devendo João desocupar o imóvel imediatamente.

Diante dessa situação e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) O falecimento do usufrutuário extingue automaticamente o contrato de arrendamento, sendo legítima a retomada do imóvel pelo nu-proprietário.
- (B) O espólio do usufrutuário pode continuar exercendo os direitos provenientes do contrato de arrendamento, desde que o nu-proprietário não reivindique a posse do imóvel.
- (C) O contrato de arrendamento firmado pelo usufrutuário persiste independentemente da manifestação do nu-proprietário, pois a extinção do usufruto não interfere nas relações contratuais firmadas com terceiros.
- (D) Com a extinção do usufruto, os herdeiros do usufrutuário adquirem automaticamente a posse direta do imóvel, podendo continuar a administração do arrendamento.
- (E) O contrato de arrendamento agrícola se torna nulo com a morte do usufrutuário, devendo o arrendatário indenizar o nu-proprietário pelo uso indevido da terra.

24- Carlos, empresário de 50 anos, divorciou-se recentemente de sua ex-esposa, mas ainda não houve homologação judicial da partilha de bens. Durante o processo de divórcio, conheceu Ana, de 28 anos, com quem deseja contrair novo matrimônio. Paralelamente, sua irmã Júlia tomou conhecimento da situação e, antes da celebração do casamento, decidiu apresentar uma objeção formal ao cartório, alegando existir um impedimento para a união.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- (A) A objeção de Júlia não tem fundamento, pois a homologação da partilha não é requisito para um novo casamento, bastando o simples fato de o divórcio ter sido decretado.
- (B) Júlia tem razão em sua objeção, pois a falta de homologação da partilha configura um impedimento absoluto, tornando o casamento nulo de pleno direito.
- (C) A ausência da partilha dos bens do casamento anterior configura uma causa suspensiva, que pode ser afastada pelo juiz, desde que Carlos demonstre inexistência de prejuízo ao ex-cônjuge.

- (D) Mesmo que a partilha não tenha sido homologada, Carlos pode casar-se imediatamente, pois as causas suspensivas do casamento não podem ser arguidas por irmãos ou parentes colaterais.
- (E) O casamento não pode ser realizado até a homologação da partilha, e caso seja celebrado sem essa formalidade, será considerado inexistente no mundo jurídico.

25 - Durante processo de inventário, um dos herdeiros apresentou escritura pública de doação feita em seu favor pelo de cujus, alegando tratar-se de negócio jurídico plenamente válido. Os demais herdeiros impugnaram o documento, afirmando que a doação fora simulada, com intuito de ocultar a real intenção do doador de beneficiar outro familiar, e que, na verdade, se tratava de contrato fictício, inexistente na substância.

Considerando as disposições do Código Civil sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar que:

- (A) O negócio jurídico simulado é anulável, sendo possível sua convalidação pelas partes, desde que ausente má-fé de terceiros envolvidos.
- (B) A simulação é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico, mas, se o que se dissimulou for válido na substância e na forma, poderá subsistir.
- (C) A simulação, por se tratar de defeito do consentimento, enseja anulabilidade, podendo ser alegada apenas pelo prejudicado no negócio jurídico.
- (D) Negócios jurídicos nulos e anuláveis admitem confirmação expressa pelas partes, desde que constem os vícios e a intenção de mantê-los.
- (E) É nulo o negócio jurídico simulado, e seus efeitos não se estendem, em nenhuma hipótese, a terceiros de boa-fé.

26- João é proprietário de uma construção-base edificada sobre terreno de sua propriedade. Cedeu a superfície superior do imóvel a sua filha Ana, por escritura pública, a fim de que esta constituísse sua própria unidade habitacional. O cartório de registro de imóveis competente, após o registro do título, abriu matrícula própria para a laje. Tempos depois, Ana manifestou interesse em ceder a parte superior de sua laje a seu filho, Caio, com quem reside. João, contudo, se opôs à nova construção. Além disso, João pretende alienar a construção-base a terceiro, sem cientificar Ana, que não tem ciência da intenção de venda.

À luz das disposições legais sobre o direito real de laje, assinale a alternativa correta:

- (A) João poderá alienar a construção-base livremente, independentemente de notificar Ana, pois não há previsão legal de direito de preferência nos casos de direito real de laje.
- (B) A alienação da construção-base exige a anuência de Ana, sob pena de nulidade do negócio jurídico, por força do princípio da função social da propriedade.
- (C) Ana poderá ceder a superfície superior de sua laje para instituição de nova unidade autônoma em favor de Caio, desde que haja autorização expressa de João e dos demais titulares de lajes, se houver, respeitadas as normas urbanísticas.
- (D) A instituição do direito real de laje transfere ao titular da laje a fração ideal do terreno e o direito de uso das partes comuns do imóvel.

(E) A ruína da construção-base extingue automaticamente o direito real de laje, sem qualquer exceção prevista em lei, ainda que haja intenção de reconstrução.

27 - Após o falecimento de João, seu cônjuge supérstite, Marta, descobriu que uma mulher havia registrado como filho de João uma criança, sem vínculo biológico com ele, utilizando documento falso para induzir o cartório ao erro. Marta ajuizou ação anulatória de registro civil, visando desconstituir a paternidade civil atribuída a João postumamente. A defesa da criança alegou ilegitimidade ativa de Marta, sob o argumento de que apenas o pai registral poderia ajuizar tal ação.

Com base na jurisprudência do STJ e na legislação civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação negatória de paternidade possui natureza personalíssima, mas a ação anulatória por falsidade ideológica pode ser proposta por qualquer interessado, inclusive o cônjuge supérstite.
- (B) O cônjuge supérstite não possui legitimidade para impugnar registro de nascimento, sendo essa ação exclusiva dos pais biológicos.
- (C) Mesmo que demonstrada a falsidade do registro, ele só poderá ser anulado mediante ação proposta por descendente consanguíneo do pai registral.
- (D) A falsidade no registro civil deve ser arguida exclusivamente por via administrativa perante a corregedoria do cartório, vedado o acesso ao Judiciário.
- (E) A anulação de registro de nascimento exige prévia investigação de paternidade cumulada com ação de nulidade para ser admitida.

28- Marcos é proprietário de um imóvel residencial já hipotecado em favor de uma instituição financeira. Posteriormente, constitui uma segunda hipoteca sobre o mesmo imóvel em favor de outro credor. Algum tempo depois, Marcos deixa de pagar a dívida garantida pela segunda hipoteca, mas mantém em dia o pagamento das obrigações relativas à primeira hipoteca.

Com base nas disposições do Código Civil sobre hipoteca, é correto afirmar que:

- (A) O credor da segunda hipoteca poderá executar imediatamente o imóvel, independentemente da situação da primeira hipoteca.
- (B) O inadimplemento das obrigações garantidas pela segunda hipoteca caracteriza automaticamente a insolvência de Marcos.
- (C) O credor da segunda hipoteca somente poderá executar o imóvel antecipadamente caso Marcos se torne insolvente por outras razões, distintas do inadimplemento da segunda hipoteca.
- (D) O credor da primeira hipoteca pode declarar vencida antecipadamente sua dívida devido ao inadimplemento da segunda hipoteca.
- (E) Marcos está impedido de constituir uma segunda hipoteca sobre o mesmo imóvel antes da liquidação total da primeira.

EMPRESARIAL

29 - Considere as seguintes proposições sobre a sociedade limitada, conforme disciplinada pelo Código Civil:

- I. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- II. É válida a constituição de sociedade limitada por um único sócio, sendo-lhe aplicáveis, no que couber, as disposições relativas ao contrato social.
- III. É lícito que a contribuição para o capital social consista na prestação de serviços, desde que prevista no contrato e aprovada por unanimidade.
- IV. O sócio que adquirir quotas após a assinatura do contrato social torna-se, automaticamente, administrador da sociedade, caso todos os sócios originários já o sejam.
- V. A designação de administrador não sócio depende da aprovação de titulares de quotas que representem a maioria absoluta do capital social, independentemente de sua integralização.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (B) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
- (C) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- (D) Todas as proposições estão corretas.
- (E) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.

30 - Em junho de 2017, Marina emitiu um cheque pós-datado no valor de R\$ 40.000,00 a favor de Lúcio, a título de sinal por um contrato verbal de cessão de quotas de uma sociedade empresarial. A cessão jamais foi formalizada, tampouco registrada, e Marina sustenta que o negócio jurídico nunca se aperfeiçoou.

Lúcio, por sua vez, endossou o cheque a um terceiro, Roberto, que tentou cobrar o título, já prescrito, por ação monitória ajuizada em novembro de 2022, instruída apenas com o cheque e cópia simples do contrato social da empresa.

Marina apresentou embargos monitórios, alegando que a dívida não existe, pois a cessão de quotas não se consumou. Roberto, em sua réplica, sustentou ser terceiro de boa-fé, e que Marina não poderia opor exceções pessoais a ele, uma vez que não participou da negociação original.

Com base na jurisprudência atual do STJ e na legislação civil e processual, assinale a alternativa correta:

- (A) Estando o cheque prescrito, sua cobrança em ação monitória é incabível, pois os efeitos obrigacionais do título desaparecem com a perda da executividade.
- (B) Marina poderá opor contra Roberto as exceções pessoais que teria contra Lúcio, desde que demonstre nos autos a ilicitude ou a inexistência da causa debendi.
- (C) Ainda que prescrito, o cheque mantém seus efeitos cambiários, o que impede que o emitente questione o negócio subjacente em sede de embargos monitórios.
- (D) O simples fato de Roberto não ter participado do negócio de cessão de quotas torna irrelevante a discussão da causa debendi na ação monitória.
- (E) Como o cheque é título executivo extrajudicial, mesmo após a prescrição cambial, pode ser executado diretamente, desde que seja líquido e certo.

GABARITO

CONSTITUCIONAL

1 - O texto constitucional em análise foi formalmente promulgado, mas, em sua essência, representou uma carta outorgada. Com forte centralização do poder na figura do Chefe do Executivo, essa Constituição reduziu direitos e garantias individuais, permitindo a suspensão de direitos políticos para aqueles que, supostamente, abusassem dos próprios direitos fundamentais. Além disso, previa mecanismos de repressão política e limitação da autonomia dos entes federativos, reforçando o controle do governo central sobre estados e municípios. A ruptura institucional se agravou com a edição de atos infraconstitucionais que, na prática, suprimiram o equilíbrio entre os poderes, consolidando um regime de exceção. Um desses atos conferiu ao Presidente da República a prerrogativa de decretar o recesso do Congresso Nacional, caracterizando uma concentração extrema de poder e rompendo com qualquer resquício de democracia representativa.

Diante das características apresentadas, assinale a alternativa que corretamente identifica qual Constituição corresponde ao texto acima:

- (A) Constituição de 1934
- (B) Constituição de 1937
- (C) Constituição de 1946
- (D) Constituição de 1967
- (E) Constituição de 1988

Gabarito – Letra D

Constituição de 1967

- Formalmente promulgada (mas, de fato, outorgada)
- Redução da autonomia individual, suspensão dos direitos políticos daqueles que abusassem dos direitos individuais e dos próprios direitos políticos
- AI 5, rompeu a ordem constitucional (atos institucionais não foram previstos constitucionalmente). O AI 5 dava competência ao Presidente para decretar o recesso do Congresso Nacional- ditadura plena.

2 - Em um Estado democrático de direito, a Constituição é um instrumento normativo que se adapta às transformações sociais, políticas e econômicas. Embora sua estrutura formal permaneça inalterada, seu sentido e alcance podem ser modificados ao longo do tempo, refletindo a evolução da sociedade e das interpretações jurídicas.

Esse fenômeno ocorre sem a necessidade de alteração do texto constitucional, sendo fruto da atuação dos tribunais, da evolução da jurisprudência e da própria dinâmica social, que conferem novos significados a normas já existentes.

Diante do exposto, assinale a alternativa que corretamente identifica o fenômeno constitucional descrito:

- (A) Poder Constituinte Originário
- (B) Poder Constituinte Derivado
- (C) Mutação Constitucional

- (D) Reforma Constitucional
- (E) Poder Constituinte Decorrente

Gabarito – Letra C

- INFORMAIS: Mutação Constitucional

Mutação constitucional é a forma pela qual o poder constituinte difuso se manifesta. É forma de alteração do sentido do texto maior, sem, todavia, afetar-lhe a letra. Trata-se de uma alteração do significado do texto, que é adaptado conforme a nova realidade na qual a constituição está inserida.

PODER CONSTITUINTE DIFUSO

Há alteração da Constituição sem alteração do texto.

O poder constituinte difuso é o poder de fato e que serve de fundamento para os mecanismos de atuação da mutação. Se por um lado a mudança implementada pelo poder constituinte derivado reformador se verifica de modo formal, por intermédio das emendas à Constituição, a modificação produzida pelo poder constituinte difuso se instrumentaliza de modo informal, como verdadeiro poder de fato, e que decorre dos fatores sociais, políticos e econômicos, encontrando-se em estado de latência. Trata-se de processo informal de mudança da Constituição, alterando-se o seu sentido interpretativo, e não o seu texto, que permanece intacto e com a mesma literalidade. O texto é o mesmo, mas o sentido que lhe é atribuído é outro.

3 - Em razão de uma grande enchente que assolou determinada região do país, o que caracterizou grave ameaça à paz social no território atingido, o Presidente da República reuniu seus assessores diretos com o objetivo de verificar a medida passível de ser adotada para restabelecer a normalidade e em cuja vigência fosse admitida a restrição aos direitos individuais referidos na ordem constitucional.

Considerando os balizamentos constitucionais, é correto afirmar que pode ser decretado

Alternativas

- (A) o estado de sítio.
- (B) o estado de defesa.
- (C) a intervenção federal.
- (D) o estado de emergência.
- (E) o estado de calamidade pública.

Gabarito – Letra B

CF, Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I- comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II- declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

4 - Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da legalidade, previsto no artigo 5º, inciso II, estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, sendo essa norma aplicável apenas às relações entre particulares.
- (B) A inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas pode ser relativizada apenas por decisão administrativa fundamentada, quando necessária para a segurança pública.
- (C) O direito de reunião, embora garantido constitucionalmente, pode ser limitado pelo poder público, independentemente de aviso prévio ou justificativa, sempre que houver risco à ordem pública.
- (D) O mandado de segurança é uma ação constitucional cabível para proteger direito líquido e certo ameaçado por ato ilegal de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- (E) A Constituição prevê expressamente a pena de caráter perpétuo para crimes hediondos, sendo essa uma exceção à regra da vedação desse tipo de sanção penal.

Gabarito – Letra D

CF, Art. 5º, LXIX- conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

XII- é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XLVII- não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;

O princípio da legalidade não se aplica apenas às relações entre particulares, mas também às relações entre o Estado e os indivíduos. Para a Administração Pública, a legalidade é ainda mais restrita, pois só pode atuar conforme permitido por lei.

5 - João, deputado estadual do Estado Alfa, propõe um projeto de lei que obriga os cartórios do estado a incluírem nas escrituras públicas a identificação dos corretores de imóveis que participaram da intermediação do negócio, sob pena de multa. O projeto é aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador. A lei entra em vigor e passa a ser aplicada pelos cartórios locais. Contudo, a Associação dos Notários e Registradores do Estado Alfa ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, alegando que a norma estadual usurpa competência legislativa da União.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei estadual é válida, pois o Estado pode legislar sobre registros públicos de forma concorrente com a União, conforme previsto no artigo 24 da Constituição Federal.
- (B) A lei estadual é inválida, pois a Constituição Federal atribui privativamente à União a competência para legislar sobre registros públicos e fiscalização do exercício profissional, nos termos do artigo 22, incisos XVI e XXV.
- (C) A lei estadual é válida, pois os Estados podem criar regras sobre a validade e eficácia de atos notariais e de registro, desde que não contrariem normas da União.
- (D) A lei estadual é inválida apenas se houver conflito direto com uma lei federal que regule especificamente a qualificação dos corretores de imóveis nos registros públicos.
- (E) A lei estadual é válida, pois não trata do conteúdo dos registros públicos em si, mas apenas cria uma obrigação acessória para os cartórios do Estado Alfa, sem interferir na competência da União.

Gabarito – Letra B

ADI 5663

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 6.517/2014 DO ESTADO DO PIAUÍ. INSTITUIÇÃO DE OBRIGAÇÃO AOS CARTÓRIOS SEDIADOS NO ESTADO DE INCLUIREM NAS ESCRITURAS PÚBLICAS A QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELA INTERMEDIÇÃO DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, SOB PENA DE MULTA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE REGISTROS PÚBLICOS E SOBRE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÕES (ARTIGO 22, XXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO.

1. A **competência legislativa para estabelecer requisitos de validade de atos notariais e de registro é privativa da União**, nos termos do artigo 22, XXV, da Constituição Federal. Precedentes: ADI 3.151, rel. min. Ayres Britto, Plenário, DJ de 16/6/2005; e ADI 1.752-MC, rel. min. Marco Aurélio, Plenário, DJ de 2/2/1998).
2. Os **Estados-membros ostentam competência legislativa residual para criar obrigações acessórias para os prestadores de serviços cartorários, desde que tais obrigações não configurem criação ou alteração do regramento nacional concernente à validade, à forma, ao conteúdo ou à eficácia dos atos notariais e de registro**. Precedentes: ADI 2.254, rel. min. Dias Toffoli, Plenário, DJe de 3/3/2017; e ADI 4.007, rel. min. Rosa Weber, Plenário, DJe de 30/10/2014.
3. In casu, a Lei 6.517/2014 do Estado do Piauí instituiu a obrigação de os cartórios incluírem nas escrituras públicas a qualificação das pessoas responsáveis pela intermediação dos negócios imobiliários, sob pena de multa. Ao estabelecer acréscimo ao conteúdo das escrituras públicas lavradas no Estado do Piauí, criando exigência não prevista na legislação federal que disciplina a matéria (Leis 6.015/1973 e 8.935/1994), o legislador estadual usurpou a competência privativa da União para legislar sobre registros públicos.
4. Ação direta conhecida e julgado procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei 6.517/2014 do Estado do Piauí por ofensa ao artigo 22, XVI e XXV, da Constituição Federal.

6 - O Ministério da Fazenda, ao regularizar um imóvel de propriedade da União, solicitou ao Cartório de Registro de Imóveis Alfa a expedição de uma certidão referente à matrícula do bem.

O oficial do cartório exigiu o pagamento dos emolumentos correspondentes para fornecer o documento. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) contestou a cobrança, alegando que a União é isenta do pagamento de custas e emolumentos em serviços notariais e de registro, conforme previsto na legislação vigente.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O oficial do cartório agiu corretamente, pois os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado e a isenção de emolumentos só pode ser concedida mediante lei estadual específica.
- (B) A União não possui isenção de emolumentos, pois a atividade cartorária, embora de natureza pública, é remunerada exclusivamente pelos particulares que dela se utilizam.
- (C) A União é isenta do pagamento de custas e emolumentos em serviços notariais e de registro, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei 1.537/1977, recepcionado pela Constituição Federal, nos termos da decisão do STF na ADPF 194.
- (D) A isenção da União quanto ao pagamento de emolumentos cartorários depende de previsão expressa em convênio entre os entes federativos e os cartórios, não sendo uma norma autoaplicável.
- (E) O cartório tem autonomia para decidir sobre a cobrança de emolumentos, não sendo obrigado a conceder isenção à União sem determinação judicial específica.

Gabarito – Letra C

ADPF 194

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECRETO-LEI 1.537/1977. ISENÇÃO DA UNIÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS EM OFÍCIOS E CARTÓRIOS DE REGISTROS DE IMÓVEIS E DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ART. 236, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO NO ESTABELECIMENTO DE NORMAS GERAIS SOBRE EMOLUMENTOS. RECEPÇÃO. PROCEDÊNCIA.

1. A **atividade exercida pelos notários e oficiais de registro constitui modalidade de serviço público, devendo, portanto, obediência às regras de regime jurídico de direito público.**
2. O Decreto-Lei 1.537/177, ao instituir isenção para a União do pagamento de custas e emolumentos aos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis e de Registro de Títulos e Documentos, disciplina, em caráter geral, tema afeto à própria função pública exercida pelos notários e registradores, conforme previsto no § 2º do art. 236 da Constituição da República. Competência legislativa da União.
3. **Viola o art. 236, § 2º, da Constituição Federal, ato do poder público que nega à União o fornecimento gratuito de certidões de seu interesse.**
4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente.

7 - Durante audiência pública promovida por uma comissão especial da Assembleia Constituinte, o jurista Prof. Dário M. Barbosa foi convidado a analisar a efetividade e legitimidade das normas constitucionais em vigência no Estado de Artonia. Em sua exposição, relatou três cenários observados ao longo da história política daquele Estado:

- Em um primeiro período, observou que a Constituição em vigor era amplamente respeitada por todos os Poderes, inclusive com decisões judiciais que invalidavam atos do Executivo contrários às normas constitucionais, evidenciando sua força normativa.
 - Posteriormente, em regime de exceção, verificou-se a manutenção de uma “Constituição” apenas formal, que coexistia com práticas políticas arbitrárias, sem observância dos limites legais, utilizada para justificar atos de concentração de poder.
 - Já em fase mais recente, a nova Constituição, embora solenemente promulgada, tem convivido com práticas informais do jogo político, sendo constantemente flexibilizada conforme conveniências do governo e das maiorias parlamentares, sem verdadeira eficácia normativa.
- Com base na classificação ontológica das constituições proposta por Karl Loewenstein, assinale a alternativa correta:
- (A) A Constituição vigente no regime de exceção, utilizada para legitimar a dominação arbitrária do poder, classifica-se como nominal, pois não possui eficácia normativa, embora continue formalmente em vigor.
- (B) A Constituição da fase recente, que se adapta às vontades políticas do governo, classifica-se como semântica, pois se impõe ao processo político, refletindo fielmente os interesses do povo.
- (C) A Constituição observada no primeiro período histórico classifica-se como normativa, pois orientava efetivamente o comportamento dos Poderes, sendo respeitada pelas instâncias decisórias estatais.
- (D) A Constituição da fase recente, embora solenemente promulgada, mas constantemente flexibilizada ao jogo político, classifica-se como normativa, pois permanece formalmente válida.
- (E) A Constituição do regime de exceção, embora afastada da prática democrática, deve ser classificada como normativa, pois decorreu de um ato institucional com força jurídica equivalente.

Gabarito: Letra C

Quanto à correspondência com a realidade

Classificação ontológica de Karl Loewenstein busca identificar a correspondência entre o texto constitucional e a realidade política do Estado.

- **NORMATIVA**: o processo político da sociedade se ajusta à Constituição. A Constituição que se impõe ao processo político, é legítima;

- **NOMINAL**: tem nome de constituição, mas cede ao processo político. A Constituição se amolda ao processo político;

- **SEMÂNTICA**: serve aos interesses dos detentores do poder político e não ao povo, seus fundamentos não têm eficácia.

Alternativa A – Incorreta: A Constituição do regime de exceção, utilizada para sustentar um poder autoritário, é **semântica**, e não **nominal**, pois serve **aos detentores do poder político**, não à estrutura formal da Constituição.

Alternativa B – Incorreta: A Constituição que se **amolda ao processo político**, cedendo aos interesses dos grupos políticos dominantes, é **nominal**, e não semântica.

Alternativa C – Correta: A Constituição efetiva, **respeitada e eficaz**, classifica-se como **normativa**, conforme o conceito de Loewenstein.

Alternativa D – Incorreta: Uma Constituição que **não impõe limites efetivos** ao poder político é **nominal**, não normativa.

8 - O Estado do Paraná instituiu, por meio da Lei nº 13.228/2001, o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNARPEN), destinado a compensar os atos gratuitos praticados pelos registradores civis. Para tal, criou o "Selo de Autenticidade", cuja arrecadação comporia as receitas do fundo.

Entretanto, o artigo 7º da referida lei delegava a ato infralegal a fixação do valor da taxa correspondente ao selo.

Diante disso, o Procurador-Geral da República ajuizou a ADI 5288, alegando, entre outros pontos, a inconstitucionalidade da referida delegação.

Considerando o julgamento da ADI 5288 pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O STF declarou a inconstitucionalidade de toda a Lei nº 13.228/2001, por usurpação da competência privativa da União para legislar sobre registros públicos.
- (B) O STF reconheceu a constitucionalidade integral da lei, entendendo que a delegação ao ato infralegal para fixação da taxa não violava o princípio da legalidade tributária.
- (C) O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º da Lei nº 13.228/2001, por violação ao princípio da legalidade tributária, ao delegar a fixação do valor da taxa a ato infralegal.
- (D) O STF entendeu que a criação do FUNARPEN e do Selo de Autenticidade configurava a instituição de imposto estadual, violando a competência tributária da União.
- (E) O STF modulou os efeitos da decisão para que a inconstitucionalidade do artigo 7º produzisse efeitos retroativos à data da publicação da lei.

Gabarito: Letra C

ADI 5288

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS – FUNARPEN. SELO DE AUTENTICIDADE. IMPUGNAÇÃO DOS ARTS. 3º, VIII, § 3º; 7º; 8º; 9º; 10 E 11, DA LEI Nº 13.228/2001 DO ESTADO DO PARANÁ. AÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA, EXCETO EM RELAÇÃO AO § 3º DO ART. 3º DA LEI. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VIOLAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE REGISTROS PÚBLICOS (ART. 22, XXV, CRFB). INOCORRÊNCIA. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL POR VIOLAÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO PARA INSTITUIR OUTROS IMPOSTOS (ARTS. 154, I; E 155, CRFB). INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES FORMADOS NAS ADIs 3151 E 5672. CAUSA DE PEDIR ABERTA. RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 7º DA LEI IMPUGNADA POR VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 150, I, CRFB). APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES FORMADOS NOS REs 838284 E 704292 E NAS ADIs 4697 E 4762. MODULAÇÃO DE EFEITOS. EFICÁCIA PROSPECTIVA. LAPSO TEMPORAL DE DOZE MESES.

1. A Lei nº 13.228/2001 do **Estado do Paraná criou o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN, como mecanismo de compensação da prática de atos gratuitos praticados pelo Registro Civil, e instituiu o "Selo de Autenticidade", uma das receitas do fundo.** Pedido de declaração de inconstitucionalidade dos arts. 3º, VIII, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 da lei. Impugnação, na fundamentação, também do § 3º do art. 3º da lei.

2. Ação parcialmente conhecida, exceto em relação ao § 3º do art. 3º da lei estadual, por ausência de pedido e de subsequente manifestação, no ponto, do Procurador-Geral da República.
3. **A lei impugnada não condiciona a validade dos atos notariais, de registro e de distribuição ao uso do selo de autenticidade. Prevê, em sua falta, apenas a responsabilização administrativa, pelo que não viola a competência legislativa privativa da União** (art. 22, XXV, CRFB). Precedentes.
4. **A cobrança relativa ao selo de autenticidade tem natureza de taxa, pelo exercício do poder de polícia, e pode ser destinada ao fundo em questão, de natureza pública e ligado ao sistema de justiça**, conforme linha decisória deste Supremo Tribunal Federal, o que afasta violação dos arts. 154, I; e 155, CRFB. Precedentes.
5. Reconhecimento, com base na causa de pedir aberta, da inconstitucionalidade da delegação indiscriminada, a ato infralegal, da fixação do valor da taxa, relativo ao selo de autenticidade, por falta de legalidade suficiente. Precedentes.
6. Na parte conhecida, pedido julgado parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei nº 13.228/2001 do Estado do Paraná.
7. Modulação de efeitos para conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, a produzir efeitos após doze meses, contados da data de publicação da ata de julgamento.

9 - Durante os procedimentos preparatórios para a habilitação de casamento em um Registro Civil das Pessoas Naturais, o oficial se depara com a seguinte situação: Lúcia nasceu na França, filha de mãe brasileira e pai francês. Foi registrada no consulado brasileiro em Paris logo após o nascimento, mas nunca residiu no Brasil. Já adulta, passou a residir em São Paulo, onde pretende casar-se com um cidadão brasileiro nato. Durante a conferência da documentação, o registrador nota que Lúcia não possui registro de opção formal pela nacionalidade brasileira, tampouco há registro anterior no território nacional.

Diante desse cenário e com fundamento na disciplina constitucional da nacionalidade brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Lúcia é considerada brasileira nata, pois o registro em repartição brasileira competente no exterior já lhe confere, automaticamente, a condição de nacional brasileira originária.
- (B) Lúcia é considerada estrangeira, e apenas mediante naturalização poderá adquirir a nacionalidade brasileira, mesmo sendo filha de mãe brasileira.
- (C) Lúcia será considerada brasileira nata apenas se, após atingir a maioridade, optar formalmente pela nacionalidade brasileira e estabelecer residência no território nacional.
- (D) A ausência de registro anterior no Brasil impede o reconhecimento de qualquer vínculo jurídico de nacionalidade com o país, sendo irrelevante o registro em repartição consular.
- (E) Por se tratar de filha de mãe brasileira, o vínculo sanguíneo (jus sanguinis) torna desnecessário qualquer ato posterior, sendo dispensável o requisito da residência em território nacional.

Gabarito: Letra C

CF, Art. 12. São brasileiros:

I- natos:

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

ADMINISTRATIVO

10 - O Município Alfa desapropriou um imóvel de valor histórico-cultural, pertencente a Antônio, para fins de preservação patrimonial e revitalização urbana. Antes da desapropriação, o imóvel apresentava passivo ambiental significativo, decorrente de ações e omissões do ex-proprietário. No processo expropriatório, o valor da indenização foi reduzido para considerar os custos da recuperação ambiental.

Posteriormente, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para obrigar Antônio a arcar com os custos da reparação ambiental e a indenizar por dano moral coletivo, sob o argumento de que o dever de proteção ambiental é *propter rem* e, portanto, recai sobre todos os proprietários do bem.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) Antônio não pode ser condenado a reparar o dano ambiental, pois o passivo já foi descontado do valor da indenização, mas pode ser responsabilizado pelo dano moral coletivo.
- (B) Antônio deve responder integralmente pela reparação ambiental e pelo dano moral coletivo, pois a obrigação *propter rem* recai sobre todos os antigos proprietários do bem.
- (C) O Município, ao desapropriar o imóvel, assume automaticamente todas as obrigações ambientais e de indenização por dano moral coletivo, não podendo Antônio ser responsabilizado.
- (D) A desapropriação extingue qualquer responsabilidade anterior de Antônio sobre o bem, isentando-o de qualquer condenação ambiental ou indenizatória.
- (E) Antônio pode ser condenado ao pagamento da reparação ambiental, pois o passivo ambiental tem caráter autônomo e não se sub-roga no preço da desapropriação.

Gabarito – Letra A

AREsp 1.886.951-RJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por maioria, julgado em 11/6/2024, DJe 20/6/2024.

O expropriado não tem o dever de pagar pela reparação do dano ambiental no bem desapropriado, podendo responder, no entanto, por eventual dano moral coletivo.

Informações do Inteiro Teor

Inicialmente, ressalte-se que nos termos da Súmula n. 623 do STJ, "as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor"; e do Tema repetitivo n. 1204, cuja tese jurídica detalha que "as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente".

Todavia, o caso em análise se distingue da supracitada orientação quanto à possibilidade de cobrar a reparação do dano tanto do proprietário atual quanto do anterior, visto que no representativo da controvérsia se trata de aquisição derivada da propriedade (transferência voluntária), ao passo

que aqui se está diante de aquisição originária por desapropriação, que tem contornos próprios e distintos.

Nesse contexto, o art. 31 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 disciplina que "ficam sub-rogados no preço quaisquer ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado".

Isso implica dizer que o ônus de reparação que recaía sobre o bem (de natureza histórico-cultural) expropriado já foi considerado no preço (justa indenização) que foi desembolsado pelo Município para a aquisição do imóvel, isto é, a Fazenda municipal já descontou o passivo ambiental do valor pago.

Diante desse quadro superveniente, a condenação da parte expropriada no dever de pagar pela reparação do imóvel desapropriado implicaria violação do postulado do *non bis in idem*, uma vez que o particular amargaria duplo prejuízo pelo mesmo fato: perceberia indenização já descontada em razão do passivo ambiental e ainda teria que pagá-lo (o passivo) novamente na ação civil pública.

Desse modo, embora a obrigação de reparação ambiental permaneça de natureza *propter rem*, competirá ao ente expropriante atendê-la (a obrigação), pois o valor relativo ao passivo ambiental já deve ter sido excluído da indenização.

Por outro lado, é possível reconhecer a legitimidade passiva do particular em relação ao dever, em tese, de reparar o suposto dano moral coletivo, pois, nesse caso, a obrigação ou o ônus não estão relacionados ao próprio bem, inexistindo sub-rogação no preço. O dano moral, nessa modalidade, é experimentado pela coletividade em caráter difuso, de modo que o dever de indenizar é completamente independente do destino do imóvel expropriado.

11 - Carlos Alberto é servidor público ocupante de cargo efetivo no Estado de Minas Gerais, aprovado por concurso público em 2015. Em 2019, foi promovido para cargo em comissão de direção e assessoramento superior, mediante ato devidamente publicado e formalizado pela Secretaria de Administração do Estado.

No ano de 2024, após auditoria interna promovida pela Controladoria-Geral do Estado, constatou-se que Carlos não preenchia um dos requisitos objetivos estabelecidos em decreto estadual para a investidura no referido cargo comissionado: ele não possuía a experiência mínima de três anos em funções gerenciais na administração pública ou privada.

Instaurado o devido processo administrativo, verificou-se que houve falha na análise da documentação à época da nomeação, mas que Carlos não agiu com dolo ou má-fé, tendo atuado regularmente na função por quase cinco anos, período no qual, inclusive, recebeu diversas avaliações positivas de desempenho.

Diante desse cenário, com base nos princípios da Administração Pública, na Lei nº 9.784/1999 e na jurisprudência dominante do STF sobre autotutela, assinale a alternativa correta:

(A) O caso é de revogação do ato de nomeação, dado que a permanência de Carlos no cargo comissionado por tempo considerável, aliada à sua boa conduta, atrai o princípio da confiança legítima e impede a desconstituição retroativa do ato.

(B) O ato administrativo de nomeação é passível de anulação pela Administração, ainda que decorrido prazo superior a cinco anos, por ausência de má-fé do servidor, sendo tal anulação retroativa e com efeitos *ex tunc*.

- (C) O ato é passível de anulação, em regra, apenas até cinco anos contados da nomeação, salvo se comprovada má-fé. Como Carlos agiu de boa-fé e o vício é de legalidade, a anulação somente poderá produzir efeitos prospectivos (ex nunc), para preservar a segurança jurídica.
- (D) Não é possível a anulação do ato, pois a ausência de dolo ou fraude impede a revisão da nomeação, mesmo havendo vício de legalidade, conforme consolidado na jurisprudência do STF e na Lei nº 9.784/1999.
- (E) O ato é plenamente válido, pois eventuais exigências previstas em decreto estadual não têm força normativa para condicionar o exercício de cargo comissionado, cuja nomeação é discricionária e prescinde de requisitos objetivos.

Gabarito: Letra C

ANULAÇÃO: ilegalidade, qualquer ato seja vinculado ou discricionário. Efeito, em regra, ex tunc (ato restritivo); exceção, quando o ato é ampliativo e é favorável a terceiro de boa-fé, nestes casos o efeito será ex nunc. Pode ser realizada pela Administração e pelo Poder Judiciário.

Lei 9784/99, Art. 53. A Administração deve ANULAR seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode REVOGÁ-LOS por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

STF- Súmula 346: A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

STF- Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

12 - Diante da nomeação de candidatos em concurso público para serventias extrajudiciais, um delegatário, ainda em fase de transição funcional, considera que seu direito líquido e certo foi violado por ato da Corregedoria-Geral da Justiça que, sem prévia oitiva, indeferiu sua manifestação contra a escolha de serventia considerada incompatível com a sua condição funcional. Entende-se prejudicado e decide impetrar mandado de segurança individual.

Com base na Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- (A) A impetração do mandado de segurança somente é admitida quando esgotadas todas as instâncias administrativas disponíveis, inclusive eventuais recursos internos à Corregedoria, sob pena de indeferimento liminar.
- (B) O mandado de segurança é incabível contra ato de autoridade que não possua competência para decisão final sobre o tema, sendo necessário que a impetração se dirija exclusivamente ao Presidente do Tribunal.

(C) O mandado de segurança será cabível mesmo que exista, no ordenamento jurídico, recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que o impetrante demonstre que a interposição desse recurso seria inócua diante da relevância do direito alegado e da urgência na prestação jurisdicional.

(D) A impetração do mandado de segurança prescinde de demonstração documental, bastando a alegação de ameaça concreta ao direito subjetivo, dada a informalidade inerente ao rito.

(E) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, mas é cabível contra ato judicial de primeiro grau, ainda que caiba recurso, se este não for dotado de efeito suspensivo automático.

Gabarito: Letra E

Lei 12.016/09, Art. 5º NÃO SE CONCEDERÁ MANDADO DE SEGURANÇA quando se tratar:

I- de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

II- de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;

III- de decisão judicial transitada em julgado.

Art. 6º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os **documentos que instruírem** a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

§ 3º Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.

TRIBUTÁRIO

13 - A empresa Alfa Indústria Ltda. ingressou com ação judicial para reconhecer seu direito à compensação de valores indevidamente pagos a título de PIS. Após o trânsito em julgado da decisão favorável, a empresa apresentou pedido de habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal. Entretanto, somente dois anos depois obteve o deferimento do pedido e, em seguida, protocolou sua Declaração de Compensação (PER/DCOMP).

A Receita Federal negou a compensação sob o argumento de que o pedido foi apresentado fora do prazo de 5 anos previsto no art. 168 do Código Tributário Nacional (CTN), computado desde a data do trânsito em julgado da decisão judicial.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

(A) A compensação deve ser negada, pois o prazo prescricional de 5 anos corre normalmente mesmo durante o período de análise do pedido de habilitação do crédito.

(B) O pedido de habilitação administrativa do crédito suspende o prazo prescricional, de modo que o prazo de 5 anos deve ser ajustado, considerando-se a interrupção durante o período de análise pela Receita Federal.

(C) A habilitação administrativa do crédito é desnecessária para fins de compensação, pois o trânsito em julgado da decisão judicial já assegura automaticamente o direito de compensar os valores.

(D) A empresa Alfa perdeu o direito à compensação, pois deveria ter apresentado sua Declaração de Compensação simultaneamente ao pedido de habilitação do crédito.

(E) O prazo prescricional para compensação de tributos federais é de 10 anos, conforme entendimento consolidado pelo STJ no julgamento do Tema 905.

Gabarito - Letra B

AgInt no REsp 1.729.860-SC

Tema- Compensação. Crédito tributário. Pedido de habilitação administrativa. Suspensividade do prazo prescricional.

O pedido de habilitação de créditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório.

14 - Carlos adquiriu uma propriedade rural no interior do Estado Alfa e, durante anos, recolheu regularmente o Imposto Territorial Rural (ITR). No entanto, após um processo judicial, foi constatado que a matrícula do imóvel era fraudulenta e, conseqüentemente, o registro da propriedade foi cancelado por decisão judicial transitada em julgado.

Diante dessa decisão, a Receita Federal cobrou de Carlos os valores de ITR referentes aos anos anteriores ao cancelamento do registro, alegando que ele figurava como proprietário e usufruía da terra no período.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

(A) Carlos deve pagar o ITR relativo ao período anterior ao cancelamento da matrícula, pois a propriedade foi exercida de fato, sendo irrelevante a posterior invalidação do registro.

(B) A cobrança do ITR é indevida, pois a decisão judicial transitada em julgado reconheceu a inexistência da propriedade, impedindo a tributação sobre um fato jurídico inexistente.

(C) O ITR continua sendo devido mesmo após o cancelamento da matrícula, pois o fato gerador do imposto ocorre independentemente da validade jurídica do registro do imóvel.

(D) A exigência do ITR deve ser mantida até que a decisão judicial seja comunicada formalmente à Receita Federal, independentemente do trânsito em julgado.

(E) A tributação do ITR independe da validade do registro imobiliário, pois a posse do imóvel por Carlos já seria suficiente para a incidência do imposto.

Gabarito – Letra B

AREsp 1.750.232-SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 20/6/2023, DJe 26/6/2023.

Não incide ITR- Imposto Territorial Rural quando sentença transitada em julgado reconhece a inexistência das respectivas matrículas imobiliárias.

Informações do Inteiro Teor

Cinge-se a controvérsia à legalidade da exigência do ITR - Imposto Territorial Rural sobre propriedade imobiliária cujo registro foi cancelado por decisão judicial transitada em julgado.

Nos termos do art. 118 do Código Tributário Nacional (CTN) a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II- dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

A interpretação objetiva do fato gerador, quanto à validade dos atos efetivamente praticados (art. 118, I, do CTN), foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal na discussão quanto à tributação por imposto da renda obtida por atividades ilícitas. Compreendeu a Corte Suprema brasileira que é "possível a incidência de tributação sobre valores arrecadados em virtude de atividade ilícita, consoante o art. 118 do CTN (...)". (HC 94.240, Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 196, 11/10/2011).

Já a interpretação objetiva do fato gerador, quanto aos efeitos dos atos efetivamente praticados (art. 118, II, do CTN), o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das chamadas vendas inadimplidas (Tema 87 da Repercussão Geral), firmou a compreensão no sentido de que "As vendas canceladas não podem ser equiparadas às vendas inadimplidas porque, diferentemente dos casos de cancelamento de vendas, em que o negócio jurídico é desfeito, extinguindo-se, assim, as obrigações do credor e do devedor, as vendas inadimplidas- a despeito de poderem resultar no cancelamento das vendas e na consequente devolução da mercadoria-, enquanto não sejam efetivamente canceladas, importam em crédito para o vendedor oponível ao comprador" (RE 586482, Ministro Dias Toffoli, Pleno, Repercussão Geral- Mérito DJe 119, 18/6/2012).

Contudo, no caso em análise, a hipótese é diversa. É fato incontroverso que a propriedade rural sobre a qual se pretende afastar a incidência do ITR teve a sua matrícula cancelada, por serem falsos ou inexistentes os documentos que comprovavam sua existência.

Diante da exigência de trânsito em julgado para o cancelamento do registro (Lei de Registros Públicos- Lei n. 6.015/1973, art. 259) a questão controvertida se concentra em saber se o ITR poderá ser cobrado no período entre a aquisição da propriedade e o encerramento do processo judicial.

Assim, a solução do presente caso passa pela separação dos planos de existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos submetidos à tributação. Os fatos existentes, mas inválidos ou ilícitos, estarão sujeitos à tributação, via de regra, como é o caso do HC 94.240/SP, do STF, acima citado. Os fatos existentes e válidos, mas ineficazes, também se submeterão, como regra, à tributação, como é o exemplo da tributação das vendas inadimplidas (Tema 87 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal).

Entretanto, se inexistente o fato jurídico, não se pode cogitar sequer da sua validade, tampouco da sua eficácia. Na hipótese em discussão é precisamente isso que ocorre: as propriedades que se pretende tributar estavam consubstanciadas em registros inexistentes, que foram cancelados por meio de sentença transitada em julgado. Vale dizer, portanto, que o fato signo presuntivo de riqueza (propriedade territorial rural) simplesmente não existiu, uma vez que o arcabouço normativo de direito privado considera existente a transmissão da propriedade apenas com o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

Desse modo, autorizado o cancelamento do registro, por meio de sentença judicial transitada em julgado, o fato é que a propriedade juridicamente não existiu, de modo que não se pode cogitar da validade ou eficácia de fato inexistente.

15 - A empresa Alfa Construções Ltda. possui um débito tributário expressivo, regularmente inscrito como dívida ativa. Para evitar execuções fiscais, seus sócios alienaram diversos imóveis de propriedade da empresa a terceiros, sem reservar bens suficientes para o pagamento da dívida.

Diante dessa situação e das garantias do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta:

- (A) A alienação de bens da empresa não pode ser considerada fraudulenta, pois a legislação tributária não impõe restrições à venda de patrimônio por empresas endividadas.
- (B) A Fazenda Pública poderá pleitear a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, independentemente de comprovação de fraude ou desvio de finalidade.
- (C) A alienação dos imóveis será presumida fraudulenta, pois a empresa possuía débito tributário regularmente inscrito e não reservou bens suficientes para quitar sua dívida.
- (D) A indisponibilidade de bens do devedor só pode ser decretada após esgotadas todas as tentativas de execução fiscal e após comprovação judicial de fraude.
- (E) A alienação dos imóveis pela empresa torna impossível a cobrança da dívida tributária, pois o crédito tributário não possui qualquer privilégio sobre bens alienados a terceiros.

Gabarito – Letra C

CTN, Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu comêço, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

16 - Durante o trâmite de uma execução fiscal promovida pelo Município de Arujá/SP em face de José, proprietário formal de imóvel urbano, este alegou ilegitimidade passiva sob o argumento de que o bem já havia sido prometido à venda em contrato irrevogável e irrevogável, inclusive com posse transferida à compradora, Sra. Daniela. A compradora, por sua vez, havia requerido parcelamento do débito de IPTU, em nome próprio, junto à administração tributária.

Diante da situação fática descrita, à luz da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A responsabilidade tributária pelo pagamento do IPTU recai solidariamente tanto sobre o proprietário formal do imóvel, quanto sobre o possuidor a qualquer título, conforme entendimento pacificado do STJ.

- (B) A existência de contrato de promessa de compra e venda registrado, mesmo com cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade, não afasta, por si só, a responsabilidade do promitente vendedor pelo pagamento do IPTU.
- (C) O parcelamento da dívida tributária requerido exclusivamente pela promitente compradora, sem manifestação expressa da Fazenda Pública, implica renúncia tácita à solidariedade do promitente vendedor.
- (D) A solidariedade tributária, nos termos do Código Civil, decorre expressamente da lei ou da vontade das partes, não se presumindo, tampouco podendo ser afastada sem declaração expressa do credor tributário.
- (E) Ainda que a obrigação contratual de averbação da escritura definitiva recaia sobre o comprador, a ausência do registro no cartório de imóveis não exime o promitente vendedor de sua responsabilidade tributária perante o Fisco.

Gabarito: Letra C

REsp 1.978.780-SP, julgado em 05/04/2022.

Tema - Execução fiscal. IPTU. Parcelamento do crédito tributário. Promitente comprador. Responsabilidade solidária. Presunção de renúncia. Inexistência.

O parcelamento tributário requerido por um dos devedores solidários não importa em renúncia à solidariedade em relação aos demais coobrigados.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Inicialmente cumpre salientar que, embora o art. 282 do Código Civil permita ao credor renunciar à solidariedade em favor dos devedores, daí não se extrai que o parcelamento tributário, requerido por um dos devedores solidários- no caso, a promitente compradora-, importe, em renúncia à solidariedade, em relação aos demais coobrigados, no caso, o promitente vendedor.

Aliás, o art. 265 do Código Civil prevê que **"a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes"**, sendo lícito concluir que, por simetria, a renúncia à solidariedade também não se presume, decorrendo da lei ou da vontade das partes, e não se extrai, das disposições do Código Tributário Nacional relativas ao parcelamento ou à solidariedade, a inteligência prestigiada pelo Tribunal de origem, para afastar a tese firmada pelo STJ, no REsp 1.111.202/SP ([Tema 122/STJ](#)).

Destarte, o mero parcelamento da dívida tributária por um dos devedores solidários- no caso, a promitente compradora-, desprovida da renúncia expressa, pelo sujeito ativo da exação, em relação à solidariedade passiva do promitente vendedor, não configura razão bastante para afastar a lógica da tese firmada no [Tema 122/STJ](#) (**tanto o promitente comprador- possuidor a qualquer título- do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor- aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis - são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU**).

Ademais, não se desconhece que a obrigação de levar a registro o instrumento de compra e venda, após o integral adimplemento da avença, em geral incumbe ao comprador, que, não raro, resiste à imediata averbação, visando postergar o pagamento de taxas, emolumentos e de imposto incidente na operação. Sucede que tal oposição ou procrastinação, em gerando prejuízo à parte contratante, resolve-se em perdas e danos, não interferindo na relação jurídico-tributária entre os sujeitos passivos solidários do IPTU e o sujeito ativo. Na forma da jurisprudência do STJ, **só o registro da escritura definitiva de compra e venda autoriza o reconhecimento da**

ausência de responsabilidade tributária do proprietário vendedor do imóvel "razão pela qual não serve a essa finalidade o contrato de promessa, ainda que registrado e apoiado nas cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade" (AgInt no REsp 1.948.435/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 18/11/2021).

PROCESSO CIVIL

17 - Durante o cumprimento de sentença promovido por instituição financeira em face de Carlos, residente no interior do Paraná, o juízo de primeira instância determinou a penhora de um imóvel rural com área de 3,2 módulos fiscais. Carlos apresentou impugnação à penhora, alegando que o imóvel se enquadraria na hipótese de impenhorabilidade da pequena propriedade rural explorada pela família, nos termos do art. 833, VIII, do CPC. Contudo, deixou de apresentar qualquer documentação ou prova testemunhal que demonstrasse a exploração econômica direta, pessoal e familiar do imóvel.

Com base no entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no Tema 1234, assinale a alternativa correta:

- (A) Ainda que não comprove a exploração familiar, o executado faz jus à impenhorabilidade da pequena propriedade rural, bastando que o imóvel esteja abaixo do limite de quatro módulos fiscais.
- (B) A pequena propriedade rural é absolutamente impenhorável, independentemente de sua destinação econômica ou de prova da forma de exploração.
- (C) Cabe ao exequente o ônus de comprovar que o imóvel penhorado não é explorado pela família, tendo em vista o princípio da proteção do mínimo existencial.
- (D) A impenhorabilidade da pequena propriedade rural é presumida, e sua descaracterização exige prova robusta produzida exclusivamente pelo juízo da execução.
- (E) É ônus do executado comprovar que a pequena propriedade rural é explorada por sua família para que possa ser reconhecida a impenhorabilidade, nos termos do art. 833, VIII, do CPC e da jurisprudência do STJ.

Gabarito: Letra E

Tema Repetitivo 1234

Tese: É ônus do executado provar que a pequena propriedade rural é explorada pela família para fins de reconhecimento de sua impenhorabilidade.

CPC, Art. 833. São impenhoráveis:

VIII- a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família; [...].

18 - No curso de uma ação de inventário, a parte autora, beneficiária da gratuidade da justiça regularmente concedida pelo juízo competente, solicita a lavratura de escritura de inventário extrajudicial, bem como o registro da partilha no cartório de Registro de Imóveis. Ao apresentar a documentação ao registrador, este reconhece a presença do termo de concessão de gratuidade judicial, mas manifesta dúvida quanto à persistência da condição de hipossuficiência econômica da parte, especialmente diante do elevado valor dos bens transmitidos.

Nessa situação, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O registrador poderá recusar o registro dos atos requeridos enquanto o juízo competente não declarar, em nova decisão, a manutenção da gratuidade da justiça.
- (B) O registrador deverá encaminhar a questão à Corregedoria local, sem praticar o ato, pois não possui legitimidade para suscitar dúvida perante o juízo.
- (C) Ainda que permaneçam dúvidas quanto à atual situação econômica do beneficiário, o registrador deve praticar o ato e, posteriormente, poderá requerer ao juízo competente a revogação do benefício ou sua substituição por parcelamento.
- (D) A concessão da gratuidade da justiça abrange os emolumentos cartorários apenas se a parte comprovar que não possui qualquer bem em seu nome no momento da prática do ato.
- (E) A gratuidade da justiça nunca abrange os emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro, por serem receitas de natureza privada, vinculadas à remuneração do delegatário.

Gabarito: Letra C

CPC, Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§1º. A gratuidade compreende:

IX- os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido. § 8º Na hipótese do § 1º, inciso IX, havendo dúvida fundada quanto ao preenchimento atual dos pressupostos para a concessão de gratuidade, o notário ou registrador, após praticar o ato, pode requerer, ao juízo competente para decidir questões notariais ou registrais, a revogação total ou parcial do benefício ou a sua substituição pelo parcelamento de que trata o § 6º deste artigo, caso em que o beneficiário será citado para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre esse requerimento.

CIVIL

19 - Em 2021, Gertrudes adquiriu, de boa-fé, um imóvel rural mediante contrato de compra e venda. Posteriormente, em 2023, descobriu que o vendedor não detinha a titularidade do domínio. Durante o período em que acreditava ser proprietária legítima, Gertrudes realizou no imóvel diversas benfeitorias, classificadas como necessárias, úteis e voluptuárias, tais como: instalação de cercas de proteção, construção de uma casa de alvenaria e de um lago ornamental. Em 2024, o verdadeiro proprietário ajuizou ação reivindicatória, obtendo sentença favorável que determinou a restituição do imóvel. Ao ser intimada a desocupar o bem, Gertrudes requereu indenização pelas benfeitorias realizadas e o direito de retenção até o recebimento do valor correspondente.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) o possuidor de boa-fé é obrigado a compensar o legítimo proprietário pelos frutos obtidos durante o período de posse, no entanto, as despesas de manutenção e investimento devem ser deduzidas.

- (B) durante a posse de boa-fé, o possuidor é responsável pela perda ou danos à coisa, mesmo que sejam acidentais ou imprevistos, a menos que possa demonstrar que as mesmas circunstâncias teriam ocorrido se o objeto estivesse na posse do reclamante.
- (C) o possuidor de boa-fé faz jus à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas; em relação às benfeitorias voluptuárias, caso não sejam indenizadas, podem ser levantadas, desde que não haja detrimento da coisa.
- (D) o possuidor de boa-fé é responsável por todos os frutos colhidos e percebidos, assim como por aqueles que, por sua culpa, deixou de perceber. No entanto, assiste-lhe o direito ao ressarcimento das despesas de custeio e produção.
- (E) os frutos pendentes no momento em que cessar a boa-fé pertencem ao possuidor, cabendo ao legítimo proprietário indenizá-los pelo valor de mercado, acrescido das despesas de produção e custeio.

Gabarito – Letra C

CC, Art. 1.214. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

Parágrafo único. Os frutos pendentes ao tempo em que cessar a boa-fé devem ser restituídos, depois de deduzidas as despesas da produção e custeio; devem ser também restituídos os frutos colhidos com antecipação.

Art. 1.216. O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

Art. 1.217. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

Art. 1.218. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

Art. 1.219. O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

20 - Joaquim, com 82 anos de idade, residia sozinho em uma fazenda no interior do estado, afastado da família e sem contato frequente com parentes. Em 2016, ele saiu de casa e nunca mais foi visto, sem deixar qualquer informação sobre seu paradeiro. Desde então, seus filhos, Lucas e Mariana, tentaram localizá-lo, sem sucesso. Em 2023, após esgotarem todas as buscas e passados mais de sete anos do desaparecimento, os herdeiros procuraram um advogado para regularizar a sucessão dos bens deixados pelo pai.

Diante dessa situação e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que:

- (A) Lucas e Mariana devem ingressar obrigatoriamente com a sucessão provisória, pois a sucessão definitiva sempre depende de sua conversão, conforme regra do Código Civil.

- (B) Como já transcorreram mais de sete anos do desaparecimento, é possível ingressar diretamente com a sucessão definitiva, mas apenas se houver prévia declaração judicial de morte presumida de Joaquim.
- (C) A sucessão definitiva pode ser requerida diretamente, pois Joaquim, ao tempo do desaparecimento, já possuía mais de 80 anos, e sua ausência por mais de cinco anos configura presunção legal de morte, tornando desnecessária a sucessão provisória.
- (D) Ainda que Joaquim tivesse 90 anos ao tempo do desaparecimento, seus herdeiros deveriam primeiro requerer a sucessão provisória e aguardar o prazo de dez anos antes de ingressar com a sucessão definitiva.
- (E) O ordenamento jurídico não presume a morte de ausentes, independentemente da idade, de modo que os herdeiros devem aguardar dez anos para requerer a conversão da sucessão provisória em definitiva, salvo decisão judicial antecipada.

Gabarito – Letra C

STJ - É dispensável a abertura da sucessão provisória quando presentes os requisitos da sucessão definitiva previstos no art. 38 do Código Civil.

Art. 38. Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

Art. 39. Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

Parágrafo único. Se, nos dez anos a que se refere este artigo, o ausente não regressar, e nenhum interessado promover a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal.

21 - Natália Santiago, moradora e proprietária de uma das unidades autônomas que compõem o Condomínio *Serra Encantada*, é ré em uma ação monitória promovida por instituição de ensino superior.

No curso do processo, foi expedida carta citatória, cujo aviso de recebimento foi recebido por funcionário do Condomínio, conforme prova documental, que por descuido não a entregou à Natália, que se tornou revel no feito judicial. Incrédula com o ocorrido, ela procurou um advogado com o propósito de saber sobre a possibilidade de ser ressarcida pelos danos sofridos.

A respeito do tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Condomínio responde objetivamente pelos eventuais danos praticados pelo seu funcionário e sofridos por Natália.
- (B) A responsabilidade civil do Condomínio por eventuais danos sofridos pelo condômino depende de previsão expressa na convenção.
- (C) Eventuais prejuízos sofridos pelo condômino necessitam da comprovação dolo ou culpa do Condomínio.
- (D) Em razão do condômino ser parte integrante da comunidade condominial, qualquer dano sofrido por ele gera a irresponsabilidade do Condomínio.

(E) O Condomínio, por não ter personalidade jurídica, não se equipara ao empregador para fins de responsabilidade civil por ato dos empregados.

Gabarito – Letra A

CC, Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I- os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II- o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III- o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV- os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V- os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

“ (...) O empregador é responsável pelos atos ilícitos praticados por seus empregados ou prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele, conforme o disposto no art. 932, inciso III, do Código Civil. 8. No Código Civil de 2002, em face do disposto no art. 933 do Código, não se cogita mais das figuras da culpa "in vigilando" ou da culpa "in eligendo", na responsabilidade do empregador, por ser esta objetiva (independente de culpa) pelos atos ilícitos praticados por seus empregados ou prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele. (...) (REsp n. 1.787.026/RJ, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 26/10/2021, DJe de 5/11/2021.)

22 - Marcos adquiriu, na planta, uma sala comercial em um edifício empresarial, assinando contrato com a construtora Alfa Ltda. No ato da entrega, constatou que a metragem real do imóvel era ligeiramente inferior à indicada no contrato. Indignado, Marcos ingressou com ação requerendo a resolução do contrato e a devolução integral dos valores pagos, alegando descumprimento contratual.

Diante da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, assinale a alternativa correta:

(A) Marcos tem direito à resolução do contrato, pois a diferença de metragem caracteriza venda "ad mensuram", na qual a exatidão da área vendida é essencial para a validade do negócio.

(B) A relação entre Marcos e a construtora não se submete ao Código de Defesa do Consumidor, pois a sala comercial foi adquirida para fins de investimento, não havendo vulnerabilidade do comprador.

(C) A pequena diferença na metragem do imóvel não justifica a rescisão do contrato, desde que não comprometa a utilização do bem para o fim esperado, aplicando-se a regra da venda "ad corpus".

(D) O contrato deve ser resolvido, pois qualquer diferença entre a área real e a área contratada gera direito automático à rescisão, conforme previsto no Código Civil.

(E) O comprador tem direito à rescisão do contrato e ao abatimento proporcional do preço, independentemente da diferença de metragem, pois o CDC garante proteção irrestrita ao consumidor.

Gabarito – Letra C

Em contrato de compra e venda de imóvel na planta, a diferença ínfima a menor na metragem, que não inviabiliza ou prejudica a utilização do imóvel para o fim esperado, não autoriza a

resolução contratual, ainda que a relação se submeta às disposições do Código de Defesa do Consumidor (REsp 2.021.711-RS)

Informações do Inteiro Teor

A controvérsia está em saber se a diferença de metragem entre aquela que foi definida no contrato de compra e venda, quando o imóvel ainda estava na planta, e a que consta no registro da matrícula do imóvel e na promessa de compra e venda conceitua-se como venda *ad mensuram* de forma a incidir o disposto no art. 500, § 1º, do Código Civil.

Inicialmente, anota-se que, se admite, na hipótese, a utilização do Código de Defesa do Consumidor para amparar, concretamente, o investidor ocasional (figura do consumidor investidor), pois ele não desenvolve a atividade de investimento de maneira reiterada e profissional.

No entanto, a aplicação do referido diploma legal não tem o condão de enquadrar a compra e venda *sub judice* na qualificação "*ad mensuram*".

É de se concluir, pelos demonstrativos e provas, relacionados aos fatos que o negócio envolveu coisa delimitada (sala comercial), sem apego as suas exatas medidas, o que caracteriza, inequivocadamente, uma compra e venda "*ad corpus*".

Em se tratando de imóvel urbano, obviamente o comprador adquiriu o bem como um todo, ou como coisa certa e determinada. Logo, é possível concluir que as medidas do imóvel foram meramente enunciativas, e não decisivas como fator da aquisição.

Outrossim, o simples fato de ter sido uma compra na planta não altera a situação, porquanto as medidas constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda eram somente enunciativas, ou seja, o que sobreleva é o bem em si (sala comercial), e não propriamente a metragem, até porque não restou demonstrado que o preço foi calculado com base na área de construção.

Doutrinariamente, a venda "*ad mensuram*" é a hipótese em que as partes estipulam "o preço por medida de extensão, situação em que a medida passa a ser condição essencial ao contrato efetivado (...) Como exemplo de venda *ad mensuram*, pode ser citado o caso de compra e venda de um imóvel por metro quadrado (m²)".

Em que pese a segunda parte do § 1º do art. 500 do Código Civil ressaltar, ao comprador, o direito de provar que, em tais circunstâncias, não teria realizado o negócio, no caso, não há evidências de que o negócio não teria sido realizado pela ínfima diferença a menor na metragem que, aliás, de modo algum inviabiliza ou prejudica a utilização do imóvel para o fim esperado.

Cumprido salientar que o fato de incidir o direito consumerista na relação *sub judice* não significa a procedência da pretensão de resolver do negócio jurídico, com a devolução dos valores pagos e com a aplicação da multa contratual, pois não se está diante de efetivo vício, ou defeito de qualidade, ou quantidade do produto capaz de abalar o equilíbrio do contrato e prejudicar o consumidor.

Com efeito, é até possível dizer que a mínima diferença em discussão nem sequer reúne condições para caracterizar efetivo "vício de quantidade" do produto, uma vez que está aquém da margem fixada pela lei.

Não é demasiado anotar que o contrato firmado entre as partes prevê, no seu parágrafo segundo da cláusula décima sétima, que serão toleradas pequenas diferenças nas dimensões do projeto, consoante, expressamente, asseverado na sentença.

Assim, perfeitamente aceitável a diferença, no caso, irrisória da área do imóvel, não havendo que se falar em qualquer descumprimento contratual capaz de ensejar o pagamento da multa pelo seu rompimento.

23 - Carlos, usufrutuário de um imóvel rural, celebrou contrato de arrendamento agrícola com João, estabelecendo a exploração da terra pelo prazo de 10 anos. Durante a vigência do contrato, Carlos faleceu, e seus herdeiros passaram a administrar o arrendamento. O nu-proprietário, Roberto, alegou que, com a morte de Carlos, o usufruto se extinguiu automaticamente, devendo João desocupar o imóvel imediatamente.

Diante dessa situação e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- (A) O falecimento do usufrutuário extingue automaticamente o contrato de arrendamento, sendo legítima a retomada do imóvel pelo nu-proprietário.
- (B) O espólio do usufrutuário pode continuar exercendo os direitos provenientes do contrato de arrendamento, desde que o nu-proprietário não reivindique a posse do imóvel.
- (C) O contrato de arrendamento firmado pelo usufrutuário persiste independentemente da manifestação do nu-proprietário, pois a extinção do usufruto não interfere nas relações contratuais firmadas com terceiros.
- (D) Com a extinção do usufruto, os herdeiros do usufrutuário adquirem automaticamente a posse direta do imóvel, podendo continuar a administração do arrendamento.
- (E) O contrato de arrendamento agrícola se torna nulo com a morte do usufrutuário, devendo o arrendatário indenizar o nu-proprietário pelo uso indevido da terra.

Gabarito – Letra B

REsp 1.758.946-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 08/06/2021, DJe 11/06/2021.

A morte de usufrutuário que arrenda imóvel, durante a vigência do contrato de arrendamento, sem a reivindicação possessória pelo proprietário, torna precária e injusta a posse exercida pelos seus sucessores, mas não constitui óbice ao exercício dos direitos provenientes do contrato de arrendamento pelo espólio perante o terceiro arrendatário.

24- Carlos, empresário de 50 anos, divorciou-se recentemente de sua ex-esposa, mas ainda não houve homologação judicial da partilha de bens. Durante o processo de divórcio, conheceu Ana, de 28 anos, com quem deseja contrair novo matrimônio. Paralelamente, sua irmã Júlia tomou conhecimento da situação e, antes da celebração do casamento, decidiu apresentar uma objeção formal ao cartório, alegando existir um impedimento para a união.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- (A) A objeção de Júlia não tem fundamento, pois a homologação da partilha não é requisito para um novo casamento, bastando o simples fato de o divórcio ter sido decretado.

- (B) Júlia tem razão em sua objeção, pois a falta de homologação da partilha configura um impedimento absoluto, tornando o casamento nulo de pleno direito.
- (C) A ausência da partilha dos bens do casamento anterior configura uma causa suspensiva, que pode ser afastada pelo juiz, desde que Carlos demonstre inexistência de prejuízo ao ex-cônjuge.
- (D) Mesmo que a partilha não tenha sido homologada, Carlos pode casar-se imediatamente, pois as causas suspensivas do casamento não podem ser arguidas por irmãos ou parentes colaterais.
- (E) O casamento não pode ser realizado até a homologação da partilha, e caso seja celebrado sem essa formalidade, será considerado inexistente no mundo jurídico.

Gabarito – Letra C

CC, Art. 1.523, Parágrafo único. É permitido aos nubentes solicitar ao juiz que não lhes sejam aplicadas as causas suspensivas previstas nos incisos I, III e IV deste artigo, provando-se a inexistência de prejuízo, respectivamente, para o herdeiro, para o ex-cônjuge e para a pessoa tutelada ou curatelada; no caso do inciso II, a nubente deverá provar nascimento de filho, ou inexistência de gravidez, na fluência do prazo.

25 - Durante processo de inventário, um dos herdeiros apresentou escritura pública de doação feita em seu favor pelo de cujus, alegando tratar-se de negócio jurídico plenamente válido. Os demais herdeiros impugnaram o documento, afirmando que a doação fora simulada, com intuito de ocultar a real intenção do doador de beneficiar outro familiar, e que, na verdade, se tratava de contrato fictício, inexistente na substância.

Considerando as disposições do Código Civil sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar que:

- (A) O negócio jurídico simulado é anulável, sendo possível sua convalidação pelas partes, desde que ausente má-fé de terceiros envolvidos.
- (B) A simulação é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico, mas, se o que se dissimulou for válido na substância e na forma, poderá subsistir.
- (C) A simulação, por se tratar de defeito do consentimento, enseja anulabilidade, podendo ser alegada apenas pelo prejudicado no negócio jurídico.
- (D) Negócios jurídicos nulos e anuláveis admitem confirmação expressa pelas partes, desde que constem os vícios e a intenção de mantê-los.
- (E) É nulo o negócio jurídico simulado, e seus efeitos não se estendem, em nenhuma hipótese, a terceiros de boa-fé.

Gabarito: Letra B

CC, Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

- I- aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;
- II- contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;
- III- os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

26- João é proprietário de uma construção-base edificada sobre terreno de sua propriedade. Cedeu a superfície superior do imóvel a sua filha Ana, por escritura pública, a fim de que esta constituísse sua própria unidade habitacional. O cartório de registro de imóveis competente, após o registro do título, abriu matrícula própria para a laje. Tempos depois, Ana manifestou interesse em ceder a parte superior de sua laje a seu filho, Caio, com quem reside. João, contudo, se opôs à nova construção. Além disso, João pretende alienar a construção-base a terceiro, sem cientificar Ana, que não tem ciência da intenção de venda.

À luz das disposições legais sobre o direito real de laje, assinale a alternativa correta:

- (A) João poderá alienar a construção-base livremente, independentemente de notificar Ana, pois não há previsão legal de direito de preferência nos casos de direito real de laje.
- (B) A alienação da construção-base exige a anuência de Ana, sob pena de nulidade do negócio jurídico, por força do princípio da função social da propriedade.
- (C) Ana poderá ceder a superfície superior de sua laje para instituição de nova unidade autônoma em favor de Caio, desde que haja autorização expressa de João e dos demais titulares de lajes, se houver, respeitadas as normas urbanísticas.
- (D) A instituição do direito real de laje transfere ao titular da laje a fração ideal do terreno e o direito de uso das partes comuns do imóvel.
- (E) A ruína da construção-base extingue automaticamente o direito real de laje, sem qualquer exceção prevista em lei, ainda que haja intenção de reconstrução.

Gabarito: Letra C

CC, Art. 1.510-D. Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de trinta dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.

§ 1º O titular da construção-base ou da laje a quem não se der conhecimento da alienação poderá, mediante depósito do respectivo preço, haver para si a parte alienada a terceiros, se o requerer no prazo decadencial de cento e oitenta dias, contado da data de alienação.

§ 2º Se houver mais de uma laje, terá preferência, sucessivamente, o titular das lajes ascendentes e o titular das lajes descendentes, assegurada a prioridade para a laje mais próxima à unidade sobreposta a ser alienada.

27 - Após o falecimento de João, seu cônjuge supérstite, Marta, descobriu que uma mulher havia registrado como filho de João uma criança, sem vínculo biológico com ele, utilizando documento falso para induzir o cartório ao erro. Marta ajuizou ação anulatória de registro civil, visando desconstituir a paternidade civil atribuída a João postumamente. A defesa da criança alegou ilegitimidade ativa de Marta, sob o argumento de que apenas o pai registral poderia ajuizar tal ação.

Com base na jurisprudência do STJ e na legislação civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação negatória de paternidade possui natureza personalíssima, mas a ação anulatória por falsidade ideológica pode ser proposta por qualquer interessado, inclusive o cônjuge supérstite.

- (B) O cônjuge supérstite não possui legitimidade para impugnar registro de nascimento, sendo essa ação exclusiva dos pais biológicos.
- (C) Mesmo que demonstrada a falsidade do registro, ele só poderá ser anulado mediante ação proposta por descendente consanguíneo do pai registral.
- (D) A falsidade no registro civil deve ser arguida exclusivamente por via administrativa perante a corregedoria do cartório, vedado o acesso ao Judiciário.
- (E) A anulação de registro de nascimento exige prévia investigação de paternidade cumulada com ação de nulidade para ser admitida.

Gabarito: Letra A

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 12/3/2024, DJe 18/3/2024.

Tema: Família. Ação anulatória de registro de nascimento. Falsidade ideológica. Cônjuge supérstite. Legitimidade.

Destaque: O cônjuge supérstite tem legitimidade para promover ação anulatória de registro de nascimento em razão de falsidade ideológica, amparada no art. 1.064 do Código Civil.

Informações do Inteiro Teor

A controvérsia consiste em definir se a anulação do registro de nascimento pode ser requerida única e exclusivamente pelo pai registral, ou se outro interessado também tem legitimidade para tanto.

De acordo com o art. 1.601 do CC, a ação negatória de paternidade tem como objeto a impugnação da paternidade do filho, possuindo natureza personalíssima, isto é, legitimidade exclusiva do pai registral.

Por outro lado, o art. 1.604 do CC prevê a possibilidade de se vindicar estado contrário ao que resulta do registro civil, por meio de ação anulatória, quando demonstrada a falsidade ou o erro, não havendo falar em caráter personalíssimo da demanda anulatória. Logo, pode ser promovida por qualquer interessado, seja moralmente seja materialmente.

Portanto, deve-se reconhecer a legitimidade ativa do cônjuge viúvo para ajuizamento da ação anulatória no caso de falsidade ideológica do registro de nascimento.

Importante destacar também que será ônus do autor da ação anulatória comprovar a ocorrência da falsidade do registro civil de nascimento, mormente em decorrência da natural carga de presunção de verdade inerente ao registro, cuja desconstituição depende de prova irrefutável.

28- Marcos é proprietário de um imóvel residencial já hipotecado em favor de uma instituição financeira. Posteriormente, constitui uma segunda hipoteca sobre o mesmo imóvel em favor de outro credor. Algum tempo depois, Marcos deixa de pagar a dívida garantida pela segunda hipoteca, mas mantém em dia o pagamento das obrigações relativas à primeira hipoteca.

Com base nas disposições do Código Civil sobre hipoteca, é correto afirmar que:

- (A) O credor da segunda hipoteca poderá executar imediatamente o imóvel, independentemente da situação da primeira hipoteca.
- (B) O inadimplemento das obrigações garantidas pela segunda hipoteca caracteriza automaticamente a insolvência de Marcos.

- (C) O credor da segunda hipoteca somente poderá executar o imóvel antecipadamente caso Marcos se torne insolvente por outras razões, distintas do inadimplemento da segunda hipoteca.
- (D) O credor da primeira hipoteca pode declarar vencida antecipadamente sua dívida devido ao inadimplemento da segunda hipoteca.
- (E) Marcos está impedido de constituir uma segunda hipoteca sobre o mesmo imóvel antes da liquidação total da primeira.

Gabarito: Letra C

CC, Art. 1.477. Salvo o caso de insolvência do devedor, o credor da segunda hipoteca, embora vencida, não poderá executar o imóvel antes de vencida a primeira.

§ 1º Não se considera insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.

Art. 1.476. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

EMPRESARIAL

29 - Considere as seguintes proposições sobre a sociedade limitada, conforme disciplinada pelo Código Civil:

- I. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- II. É válida a constituição de sociedade limitada por um único sócio, sendo-lhe aplicáveis, no que couber, as disposições relativas ao contrato social.
- III. É lícito que a contribuição para o capital social consista na prestação de serviços, desde que prevista no contrato e aprovada por unanimidade.
- IV. O sócio que adquirir quotas após a assinatura do contrato social torna-se, automaticamente, administrador da sociedade, caso todos os sócios originários já o sejam.
- V. A designação de administrador não sócio depende da aprovação de titulares de quotas que representem a maioria absoluta do capital social, independentemente de sua integralização.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (B) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
- (C) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- (D) Todas as proposições estão corretas.
- (E) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.

Gabarito: Letra A

CC, Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

§ 2º Se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.

Art. 1.055, § 2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.

Art. 1.060. Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, **2/3 (dois terços) dos sócios**, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.

30 - Em junho de 2017, Marina emitiu um cheque pós-datado no valor de R\$ 40.000,00 a favor de Lúcio, a título de sinal por um contrato verbal de cessão de quotas de uma sociedade empresarial. A cessão jamais foi formalizada, tampouco registrada, e Marina sustenta que o negócio jurídico nunca se aperfeiçoou.

Lúcio, por sua vez, endossou o cheque a um terceiro, Roberto, que tentou cobrar o título, já prescrito, por ação monitória ajuizada em novembro de 2022, instruída apenas com o cheque e cópia simples do contrato social da empresa.

Marina apresentou embargos monitórios, alegando que a dívida não existe, pois a cessão de quotas não se consumou. Roberto, em sua réplica, sustentou ser terceiro de boa-fé, e que Marina não poderia opor exceções pessoais a ele, uma vez que não participou da negociação original. Com base na jurisprudência atual do STJ e na legislação civil e processual, assinale a alternativa correta:

- (A) Estando o cheque prescrito, sua cobrança em ação monitória é incabível, pois os efeitos obrigacionais do título desaparecem com a perda da executividade.
- (B) Marina poderá opor contra Roberto as exceções pessoais que teria contra Lúcio, desde que demonstre nos autos a ilicitude ou a inexistência da causa *debendi*.
- (C) Ainda que prescrito, o cheque mantém seus efeitos cambiários, o que impede que o emitente questione o negócio subjacente em sede de embargos monitórios.
- (D) O simples fato de Roberto não ter participado do negócio de cessão de quotas torna irrelevante a discussão da causa *debendi* na ação monitória.
- (E) Como o cheque é título executivo extrajudicial, mesmo após a prescrição cambial, pode ser executado diretamente, desde que seja líquido e certo.

Gabarito: Letra B

REsp 2.020.895-MG, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 28/2/2023, DJe 6/3/2023.

Tema: Ação monitória. Título de crédito. Cheque prescrito. Causa *debendi*. Fato jurídico subjacente. Oposição exceções pessoais a portadores precedentes ou ao próprio emitente do título. Possibilidade. Demonstração da ilicitude do negócio. Ônus do devedor.

Destaque: Após a prescrição cambial, o cheque perde os atributos cambiários, permitindo na ação monitória a discussão do negócio jurídico subjacente e a oposição de exceções pessoais a portadores precedentes ou ao próprio emitente, com o ônus da prova da ilicitude do negócio jurídico incumbido ao devedor.

Informações do Inteiro Teor

O propósito recursal consiste em definir se, estando prescrito o cheque, é possível opor a terceiros exceções pessoais feitas pelo credor originário.

Se o cheque estiver prescrito e, por conseguinte, extintas suas características cambiárias, a pretensão se fundará no fato jurídico que precedeu e motivou a sua emissão, impedindo que uma parte enriqueça de forma indevida à custa da outra.

Ocorrida a prescrição cambial, o cheque perde os atributos cambiários, sendo possível, na ação monitória, a discussão do negócio jurídico subjacente e a oposição de exceções pessoais a portadores precedentes ou ao próprio emitente do título.

Com a oposição de embargos monitórios, o rito torna-se comum, admitindo a discussão de todas as matérias pertinentes à dívida, como valores, encargos, inexigibilidade ou até mesmo a própria legitimidade da obrigação, sendo imperioso que o juiz cumpra o saneamento do processo.

À luz da inteligência do art. 357 do CPC, depreende-se que, nada obstante a fase de saneamento objetive formar o convencimento do juiz, essa fase não deve ocorrer voltada ao ângulo pessoal, a fim de evitar que as decisões sejam construídas de forma discricionária, individual e arbitrária.

Por essa razão, a dispensa do despacho saneador é a exceção e não a regra. Quanto ao tema, a jurisprudência desta Corte entende que não é nula a sentença proferida em julgamento antecipado, sem prolação de despacho saneador, desde que estejam presentes nos autos elementos necessários e suficientes à solução da lide.

Portanto, inexistindo elementos suficientes para que se proceda à correta análise do fato jurídico que precedeu e motivou a emissão do título de crédito, deve ser proferido despacho saneador para que se formule a cognição do juiz quanto à solução da lide.



*Projeto Cartórios
preparou uma semana
com muito conteúdo
para te ajudar a conquistar
sua aprovação no ENAC!*



Confira todo o cronograma:

- 21/04** – Mini simulado (Notarial e Registral)
- 22/04** – Mini Simulado (Disciplinas Gerais e Jurisprudência)
- 23/04** – #VAICAIRNOENAC (Disciplinas Gerais)
- 24/04** – #VAICAIRNOENAC (Notarial e Registral)
- 25/04** – #VAICAIRNOENAC (CNN)
- 26/04** – #VAICAIRNOENAC (Jurisprudência)
- 27/04** – Primeiras Impressões ENAC 2025.1 (live no zoom, às 20h30)
- 28/04** – Correção da Prova ENAC 2025.1 (live no zoom, às 19h)
- 29/04** – Como estudar estrategicamente para a Prova do ENAC 2025.2 (live no zoom, às 19h)

**Clique aqui para entrar no grupo do WhatsApp
e ter acesso a todos os conteúdos**

Acompanhe também nossos outros canais:

Acesse nosso
canal do Telegram



Acesse nosso **site**



Siga o nosso
Instagram



comprometimento
com a sua aprovação!